

Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Qualicorp Administradora de Benefícios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Apresentação

A Qualicorp Administradora de Benefícios é a maior administradora brasileira de planos de saúde coletivos por adesão e outros benefícios para grupos de afinidade, definidos em função da profissão ou área de atuação, em parceria com entidades de classe, com a escala dessa coletividade, a Qualicorp negocia junto às operadoras planos com condições especiais. A empresa também presta serviços de consultoria e gestão de planos de saúde coletivos empresariais e outros benefícios para empresas nacionais e multinacionais, dos mais variados portes.

Política de Destinação dos Lucros

A Companhia, de acordo com as disposições estatutárias, deve distribuir no mínimo 1% do lucro do Exercício. A Administração propôs a distribuição total dos lucros apurados no exercício de 2020, e pagamento de dividendos intercalares, o que será referendado pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada até 30 de abril de 2021.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na “Performance” da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Em 2020 o mercado de saúde suplementar sofreu grande impacto em consequência da pandemia causada pelo COVID-19, mesmo diante dessa situação a Companhia, em linha com a expectativa de uma melhora no cenário macroeconômico, segue focada na retenção de seus clientes, direcionando esforços não só em oferecer produtos mais acessíveis, mas também no atendimento qualificado e com soluções para pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade.

Reorganização societária

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e suas controladas em 2019 e 2020:

Em 2019:



Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Qsaúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.
100%	80%

Em 2020:



Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s)

Além de uma nova governança corporativa, a Companhia está focada em desenvolver seus canais de vendas e aumentar o portfólio de produtos e expandir as operações através de aquisições estratégicas para o negócio.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

Os principais investimentos no ano de 2020 foram voltados à aquisição de intangível de participação em outras empresas, valor de R\$ 19.651, conforme demonstrado em nosso fluxo de caixa das atividades de investimento e ações

Emissão de debêntures

As debêntures escrituradas pelo Grupo Qualicorp, são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 251 dias úteis (B3), acrescida de "spread" de 1,15% a.a. Mais detalhes na nota explicativa nº 16.

Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício

Em 2020 houve expansão de nossas operações através de aquisições estratégicas para nosso negócio.

Em fevereiro de 2020 foi consumada a aquisição de 75% da Uniconsult Administradora de Benefícios, com um portfólio de aproximadamente 35 mil vidas, sendo em sua maioria na categoria de planos coletivos abrangendo principalmente o Estado de São Paulo.

Em setembro de 2020 a Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda., controlada da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A, adquiriu da Health Administradora de Benefícios Ltda., cessão de direito de carteira contendo aproximadamente 4,3 mil vidas, no segmento coletivo por adesão, localizadas no estado de São Paulo e atendidas pelo GNDI – Grupo Notre Dame Intermédica, incluindo portfólios da Green Line e Santamália, operadoras de saúde do próprio GNDI.

A Transação, que envolveu somente os direitos e obrigações sobre a referida carteira, está alinhada à estratégia de crescimento da Companhia nas suas frentes de negócio e ao seu objetivo de diversificação do portfólio de vidas em diferentes operadoras.

Em reunião realizada em novembro de 2020, celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças tendo por objeto a aquisição, conjuntamente com sua subsidiária, Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ("Qualicorp Administradora"), de 75% do capital social da Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. Com a aquisição da Plural, a Qualicorp expande e complementa sua atuação no mercado brasileiro, adicionando ao seu portfólio cerca de 96.000

(noventa e seis mil) novas vidas e 21 novas operadoras, a Plural tem 13 (treze) filiais (das quais 8 são em novas praças para a Qualicorp) e atuação em diferentes regiões do território nacional.

Dentro de suas estratégias e objetivos de mercado, o Grupo Qualicorp constituiu em 2018 a empresa Qsaúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. (“Qsaúde”), com o objetivo de (i) a comercialização, planejamento, gerenciamento, organização de planos de saúde privados de todas as modalidades, por meio da garantia da cobertura de custos de assistência do mercado envolvido em todos os meios (ambulatorial, hospitalar, médica e laboratorial) de seus integrantes através de gestão no credenciamento e consultoria técnica para o exercício da atividade técnica (ii) a participação como sócia, acionista e quotista em outras sociedades que desempenhem funções relacionadas ao seu objeto.

Em 13 de janeiro de 2020, o Conselho de administração da Companhia aprovou, a contratação de operação de alienação de todas as atividades, ativos e passivos da Qsaúde para o Sr. José Seripieri Filho. Nesse contexto, a Companhia celebrou, nesta mesma data, o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, cuja validade e eficácia ficou condicionada, dentre outras condições, à aprovação pela Assembleia Geral da Companhia (AGE).

A AGE realizada em 30 de janeiro de 2020 analisou, aprovou e ratificou pelos acionistas a recomendação do Conselho de Administração dos seguintes termos: (i) alienação pela Companhia da totalidade das quotas de emissão da controlada Qsaúde Operadora de Planos de Saúde Ltda. para o Sr. José Seripieri Filho, nos termos da Proposta de Administração e contrato disponibilizado no valor de R\$ 51.083; (ii) todo e qualquer valor que tenha sido ou venha a ser custeado pelas vendedoras para pagamento de despesas e custos fixos e ordinários para fins de cumprimento das obrigações assumidas pela Qsaúde como parte do seu plano de iniciar suas atividades operacionais entre 31 de dezembro de 2019 até data de fechamento, (iii) na concessão de liberação parcial e restrita das obrigações de não competição e não aliciamento de clientes, fornecedores, distribuidores e/ou parceiros comerciais, assumidas pelo Sr. José Seripieri Filho no Contrato de Assunção de Obrigação de Não Alienação de Ações e Não Competição de Negócios, celebrado com a Companhia em 28 de setembro de 2018; e (iv) na celebração de contrato de parceria comercial entre a Companhia, sua controlada Qualicorp Administradora e a Qsaúde para regular o oferecimento de produtos da Qsaúde pela Companhia.

A efetivação da venda foi aprovada pela Agência Nacional da Saúde (ANS) em 24 de março de 2020.

Em 24 de abril de 2020 ocorreu o fechamento da operação de venda com a apuração do preço de venda de R\$ 70.501 no resultado e contas a receber da operação que foi composta pelo preço de venda da transação definida com base nos gastos com investimentos, custos e dispêndio incorridos pela Qsaúde atualizados monetariamente pelo CDI até data do fechamento para ser atualizado monetariamente até a liquidação financeira. Contudo, tendo em vista a existência de divergência entre as partes referente ao preço de aquisição, tal montante começou a ser discutido em procedimento arbitral.

A partir do dia 25 de abril de 2020 os resultados da mesma já não faziam mais parte do Grupo Qualicorp.

Em 1º de dezembro de 2020 a Companhia e o Grupo Qualicorp celebraram um instrumento de transação com o Sr. José Seripieri Filho e entidades por ele controladas (“Instrumento de Transação”) tendo por objetivos: (a) encerrar as relações societárias com ex acionista fundador, inclusive com a extensão, por mais 2 (dois) anos, de sua obrigação de não competição com a Qualicorp e (b) concluir o procedimento arbitral em curso relativo ao preço de aquisição das quotas da Qsaúde, originalmente contratada em 13 de janeiro de 2020.

Dessa forma, por meio desse Instrumento de Transação:

- Foi acordada a extensão, por mais 2 (dois) anos, até 28 de setembro de 2026, da obrigação de não competição assumida pelo Sr. José Seripieri Filho no Contrato de Assunção de Obrigação de Não Alienação de Ações e Não Competição de Negócios celebrado em 28 de setembro de 2018 e seu aditamento celebrado em 24 de abril de 2020 (em conjunto “Contrato de Não Competição”);
- O Sr. José Seripieri Filho e suas controladas, diretas e indiretas, obrigaram-se a alienar sua participação societária na Qualicorp, bem como a não adquirir novas ações de sua emissão pelo prazo de 10 (dez) anos;
- Como contrapartida pela extensão do prazo da obrigação de não competição e como forma de viabilizar a execução da obrigação de alienar sua participação societária, o Sr. José Seripieri Filho foi dispensado da obrigação, também prevista no Contrato de Não Competição, de manter sob sua titularidade a quantidade de ações de emissão da Companhia prevista no Contrato de Não Competição;
- Encerrado o procedimento arbitral em que se discutia o preço de aquisição das quotas da Qsaúde, que foi fixado em R\$40.866 e que será pago em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo R\$ 4.870 apresentado no ativo circulante e R\$ 35.679 apresentado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2020; e
- Foi distratado o Contrato de Parceria Comercial e Outras Avenças celebrado em 24 de abril de 2020 entre Qualicorp e a Qsaúde, sem quaisquer obrigações ou ônus adicionais para qualquer das partes.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Companhia afirma que ao final do ano de 2020, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e a mesma não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto a agência reguladora.

Capital social e dividendos

Acordos de acionistas da Qualicorp Administradora de Benefícios e suas controladas:

CLUBE DE SAUDE ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA			
Sócios	Quotas	%	Valor Total
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	38.538.000	98,81%	R\$ 38.538.000,00
Antônio Carlos Braga dos Santos	464.125	1,19%	R\$ 464.125,00
TOTAL	39.002.125	100%	R\$ 39.002.125,00

Conforme contrato social, os lucros apurados em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, a provisão para o imposto de renda e prejuízos acumulados. O saldo que se verificar será distribuído, de forma proporcional ou não à sua participação no capital social, ou destinado no todo ou em parte, à formação de reservas ou à conta de lucros acumulados, de acordo com a deliberação dos sócios, não sendo permitida a exclusão de sócio na repartição dos lucros.

UNICONSULT ADINISTRADORA DE BENEFICIOS E SERVIÇOS LTDA			
Sócios	Quotas	%	Valor Total
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	112.500	75,00%	R\$ 112.500,00
Otto de Oliveira Junior	18.750	12,50%	R\$ 18.750,00
Flavio Paulo de Oliveira Rodrigues	18.750	12,50%	R\$ 18.750,00
TOTAL	150.000	100%	R\$ 150.000,00

Conforme contrato social, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão distribuídos proporcionalmente à participação dos sócios no capital social da Sociedade, sendo, no entanto, permitida sua distribuição desproporcional à participação dos sócios no capital social mediante aprovação de sócios representando ao menos 75% do capital social.

PLURAL GESTÃO EM PLANOS DE SAÚDE LTDA			
Sócios	Quotas	%	Valor Total
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	173.958	75%	R\$ 2.504.995,20
André Luiz Corbacho Vianna.	37.447	16%	R\$ 539.236,80
Sérgio Ricardo J. C. Braga	13.291	6%	R\$ 191.390,40
André Adrien Theodore Bucsan	4.832	2%	R\$ 69.580,80
Sílvio César Masquita	2.416	1%	R\$ 34.790,40
TOTAL	231.944	100%	R\$ 3.339.993,60

Conforme contrato social, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão distribuídos proporcionalmente à participação dos sócios no capital social da Sociedade, sendo, no entanto, permitida sua distribuição desproporcional à participação dos sócios no capital social mediante aprovação da unanimidade dos sócios.

Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 435 de 2018, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em *conformidade* com as normas das ANS.

Ações frente à pandemia do vírus Covid - 19

O ano de 2020 foi um dos anos mais desafiadores dos últimos tempos para a humanidade. Porém, o surto de Covid-19 foi relatado pela primeira vez no final de 2019. Naquela época, um conjunto de casos exibindo os sintomas de uma "pneumonia de causa desconhecida" foi identificada em Wuhan, capital da província chinesa de Hubei. Em 31 de dezembro de 2019 a China alertou a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre esse novo vírus. Em 30 de janeiro de 2020, o Comitê Internacional de Emergência de Regulamentos de Saúde da OMS declarou o surto como uma "Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional". Desde então, o vírus se espalhou pelo mundo e em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de Covid-19 uma pandemia e nessa mesma data, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 356, estabeleceu a regulamentação e operacionalização da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em relação as medidas para o enfrentamento dessa emergência de saúde pública internacional decorrente do Covid-19.

Logo, em linha com as recomendações do Ministério da Saúde, a Companhia criou um comitê de crise com diversas áreas para o acompanhamento dos casos, tanto no Mundo, mas principalmente no Brasil, visando desenhar ações e medidas preventivas, considerando todos os públicos com as quais o Grupo Qualicorp se relaciona (colaboradores, clientes, parceiros de negócios).

Dessa forma, com o objetivo de tomar todas as medidas necessárias em prol da saúde de nossos mais de 2.000 colaboradores, implementamos um canal de suporte médico para que em casos de dúvidas ou suspeita da doença o colaborador entrasse em contato imediatamente conosco, antes mesmo de procurar um hospital, entre outras iniciativas de comunicação interna pensando em cada detalhe para que todos os colaboradores tivessem acesso à informações sobre as iniciativas e diretrizes da diretoria de uma forma transparente, bem como pudessem trabalhar o quanto antes de suas casas no sistema home office.

A Companhia também se preparou para cuidar de nossos milhares de colaboradores indiretos, que são os nossos corretores. A propósito, boa parte do sucesso do setor de planos de saúde vem dos corretores e a venda à distância para eles não foi um problema durante esse período por que a Companhia é pioneira em uma plataforma de venda que é 100% digital, que possibilitou ao nosso corretor parceiro continuar vendendo de uma forma segura e ágil, sem sair de casa, por meio de campanhas de incentivo e ainda com premiação reforçada, para ajudar com que ele conseguisse manter sua renda, ou seja, para que o nosso corretor pudesse, de sua própria casa, e sem o contato físico, fazer a venda, administrar a carteira e continuar dando atenção ao seu cliente, ao nosso cliente.

A propósito, a área de atendimento ao cliente realizou migrações para que os atendimentos fossem direcionados para o aplicativo WhatsApp, sem impactar na experiência dos clientes. E entendendo a gravidade da atual situação econômica do nosso país, outra iniciativa foi implementar um movimento dedicado a reduzir um possível cancelamento de clientes, onde diariamente um representante de cada área da Companhia participava de uma reunião onde eram apresentados os principais pontos discutidos, problemas detectados, dados, desafios, indicadores, andamento das entregas e soluções.

Acreditamos realmente na importância de ajudar as pessoas, ainda mais num momento como esse. E sendo assim, buscando auxiliar a sociedade da melhor maneira possível e unindo forças com as operadoras, prestadores médicos, entidades de classe e órgãos governamentais, criamos um site com informações completas sobre a Covid-19 no Brasil e no Mundo, trazendo estatísticas atualizadas e notícias relevantes sobre a pandemia, além de protocolos de prevenção, dicas úteis sobre quarentena, vídeos, podcasts, informações sobre os planos de saúde, bem como importantes trocas de experiências por meio de bate-papos exclusivos com especialistas para que as pessoas pudessem se informar, ler, compartilhar e estimular medidas de prevenção da doença. Esse site pode ser acessado através do seguinte endereço eletrônico:

<https://qualicorpexplica.com.br/coronavirus/>

Além da questão do trabalho no sistema home office, criamos também uma plataforma para que todos os colaboradores pudessem compartilhar suas rotinas durante o período de Quarentena em relação à hobbies e atividades

(envolvendo música, culinária, exercícios físicos, importância da família, cursos, pets, hábitos de leitura) com o objetivo de compartilharmos como nossas equipes vinham lidando com o trabalho remoto:

<http://www.qualiemcasa.com.br/>

Adicionalmente, a Companhia compreendeu de uma forma ágil que um de nossos maiores desafios era se adaptar à esse novo normal, onde visando um maior equilíbrio entre volume de trabalho, produtividade e qualidade de vida e sabendo que ter um estilo de vida ativo poderia ser ainda mais desafiador durante esse período de pandemia e distanciamento social, também investimos em sessões virtuais de Ginástica Laboral via YouTube (focadas em postura e alongamento), além de benefícios como o Gympass para todos os nossos colaboradores, permitindo aos mesmos a possibilidade deles fazerem exercícios em casa por meio de diversos aplicativos, além de outros recursos de bem estar. Em junho de 2020, foram devolvidos 7 andares do prédio locado onde encontra-se a sede administrativa da Companhia, sendo esta ação uma parte das novas diretrizes organizacionais do Grupo Qualicorp, após criação da jornada de trabalho em home office para os nossos colaboradores.

Portanto, tendo em vista que essa grande mudança não afetou nossas operações, esse sistema de Home Office hoje já faz parte da cultura da Companhia, tanto para tornar a empresa mais ágil como para proporcionar mais qualidade de vida ao nosso time, onde a ideia, quando o vírus estiver mais controlado, é que os nossos colaboradores trabalhem alguns dias no escritório e outros em home office por meio de um modelo híbrido, haja vista que o Grupo Qualicorp planeja devolver mais 5 andares de sua sede em 2021. Já outros times, como os de atendimento ao cliente, deverão atuar de uma forma 100% remota no sistema home based.

Dessa forma, as atividades presenciais só devem voltar a partir de segundo semestre de 2021, mas num formato bem diferente para que esse modelo de home office continue pelo menos de três a quatro vezes por semana, para que o escritório físico seja, na prática, um lugar mais voltado para as pessoas se reunirem (afim de criarem entre si maiores vínculos).

Por outro lado, enquanto reduzimos esse espaço físico para os funcionários, estamos criando espaços para os corretores que antes não existiam, sendo um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, para atividades de capacitação/treinamento. Anunciado em dezembro, o primeiro espaço dedicado exclusivamente aos corretores de seguros, localizado no Centro de São Paulo, será inaugurado em 2021. No espaço, os corretores poderão trabalhar, agendar reuniões com clientes, trocar informações com parceiros, descansar, ter um momento de descontração e até mesmo levar familiares para conhecer seu dia a dia de trabalho.

Além disso, para incentivá-los ainda mais, aumentamos as bonificações por venda de alguns produtos, mas nossa preocupação maior foi com os corretores que foram acometidos pelo Covid-19, onde criamos um Fundo Solidário para garantir uma renda mínima a estes corretores durante seu afastamento e que já ajudou cerca de 1000 profissionais de vendas impactados pelo Covid-19 no país, desde o lançamento dessa iniciativa, em maio de 2020.

O auxílio, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), é destinado somente aos corretores que contraíram a doença e ficaram impossibilitados de trabalhar, pois como a maioria dos corretores trabalha sem salário fixo, esse fundo foi uma forma que encontramos para ajudar aqueles que tiveram uma queda na receita por conta da crise e ainda contraíram o vírus.

<http://fundotamojunto.com.br/>

Aliás, para solicitar esse auxílio, os corretores diagnosticados com Covid-19 devem acessar o endereço eletrônico acima e seguir as instruções determinadas no portal. Para receber essa ajuda, o corretor deve enviar um atestado médico recente e o resultado positivo referente ao exame do novo coronavírus para que a equipe médica da Companhia avalie os documentos. O profissional de vendas também pode acompanhar o andamento de cada etapa de sua solicitação e, caso exista alguma informação pendente, será notificado pela Qualicorp. Após a análise da empresa, o pagamento de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) é feito diretamente na conta que o corretor parceiro possui no Social Bank (mas se ele ainda não tiver uma conta, então precisará abrir uma pelo App).

Ainda em relação ao acolhimento de nossos colaboradores, apesar da MP 936/2020 publicada no DOU em 1 de abril e mesmo com a aprovação do decreto nº 10.422 publicado em 14 de julho de 2020, que prorrogou os prazos para a celebração de acordos de redução proporcional de jornada e de salário, além da suspensão temporária do contrato de trabalho, entendemos ser bem importante destacar que a Companhia aderiu ao movimento “Não Demita” desde o início dessa crise.

Essa iniciativa foi criada por um Grupo de Empresas Brasileiras onde entre as idealizadoras estão Magazine Luiza, Microsoft, Natura, Vivo, Porto Seguro, Boticário, Ânima Educação, entre outras, como uma forma de responsabilidade da classe empresarial num projeto que começou como um manifesto, mas que foi ganhando corpo ao conquistar a adesão de aproximadamente 4 mil empresas por meio de solidariedade, espírito de união, empatia (entre empreendedores e seus colaboradores), criatividade e inovação, objetivando assim uma garantia de que os colaboradores dessas Companhias não seriam demitidos por causa da crise gerada pela pandemia.

Logo, enquanto algumas empresas apresentaram dificuldades e tiveram redução de quadro, a Companhia foi na contramão e fez importantes avanços abrindo mais de 650 vagas e contratando cerca de 800 novas pessoas, sendo que todas as entrevistas foram realizadas virtualmente, pois assim garantimos tanto a segurança de todos durante esse período de isolamento social e continuamos cuidando também do nosso planeta, por que menos circulação de pessoas significa também menos poluição, fora que também continuamos investindo na formação de todos os nossos Colaboradores de uma forma geral, disponibilizando para os mesmos mais de 160 cursos totalmente gratuitos e 100% online.

Nossa missão sempre foi promover saúde, e como uma das 50 empresas brasileiras que mais doaram para ajudar nosso país nessa luta contra o Covid-19, os projetos que escolhemos para investir no combate à essa pandemia foram aqueles que beneficiavam exclusivamente os pacientes do SUS, afim de que milhares de vidas continuassem e continuem sendo salvas.

Com o avanço do novo coronavírus e uma ocupação cada vez maior dos leitos por pacientes com a Covid-19, bem como dada a grande necessidade da construção de novos hospitais, adotamos iniciativas para disponibilizar informação e medidas de prevenção em larga escala para promover doações significativas para a saúde pública e efetuamos uma parceria em São Paulo com a Rede D'Or e a SulAmérica Seguros para ajudar a Santa Casa de Misericórdia, afim de reformar leitos para casos de Covid-19, sendo 30 leitos para pacientes em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 65 leitos de enfermaria. A obra foi orçada em cerca de R\$ 20 milhões de reais, sendo que R\$ 4 milhões corresponderam à participação da Companhia nesse Consórcio.

Já no Rio de Janeiro, outro consórcio integrado pela Companhia em parceria com Rede D'Or São Luiz, Stone Pagamentos, Mubadala, SulAmérica Seguros, Vale, Movimento União Rio e Banco BV contemplou a construção de um hospital no Parque dos Atletas, na zona oeste – região com altos índices de incidência da doença, onde a instalação, inaugurada em 11 de maio, contou com 200 leitos, sendo 150 de enfermaria e 50 de UTI, equipados com dispositivos necessários para pacientes de alta complexidade.

Destacamos ainda a doação de mais de 6 mil litros de álcool em gel que foram direcionados para Comunidades carentes no Rio de Janeiro (Vidigal) e São Paulo (Paraisópolis), além da distribuição entre colaboradores e parceiros.

Mais de 26 mil insumos hospitalares também foram doados para a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ).

10 mil máscaras reutilizáveis também foram distribuídas para colaboradores, parceiros e instituições de saúde pública e por estarmos extremamente preocupados com a saúde de nosso time, adquirimos 27 mil testes rápidos para Covid-19, afim de mapear a circulação do vírus e controlar o surto da doença na empresa, com o principal objetivo de garantirmos o cuidado e prevenção de todos os nossos colaboradores, corretores e distribuidores de planos de saúde, sendo que esses testes estavam disponíveis, inclusive, para os seus familiares.

O teste foi aplicado em diversos laboratórios, em parceria com a empresa de inovação e tecnologia em saúde Veus Technology.

Outros milhares de testes foram adquiridos como parte do nosso apoio ao Movimento “Juntos contra o Coronavírus” a fim de testar em massa profissionais de saúde que estavam atuando em hospitais públicos do Rio de Janeiro.

Em suma, cientes de nosso papel na vida das pessoas e em sua saúde, inovamos nossas estratégias desde o ambiente de trabalho até as próprias estratégias comerciais, tendo em vista que ampliamos a oferta de planos à população com o lançamento de 20 novos produtos e de parcerias inéditas com operadoras de saúde em 2020, apostando em acordos regionais para oferecer aos clientes produtos mais acessíveis e com características locais.

Convém destacar que a Companhia intensificou seus esforços para promover melhoria no atendimento digital aos clientes. E esses esforços deram resultado, pois tivemos mais de 2 milhões de interações digitais de atendimento no ano de 2020.

Outras iniciativas para nos manter conectados com nossos Colaboradores, Corretores e a Sociedade envolveram:

Informativos digitais feitos por nossa equipe médica;

Comunicados e recomendações às mais de 520 entidades de classe para atuação preventiva e conjunta;

Orientação aos mais de 35 mil corretores parceiros sobre como atuar e orientar os clientes;

Sugestão de protocolo para as 32 mil empresas clientes conseguirem implementar políticas de prevenção;

Boletos e demonstrativos de IR disponíveis na internet pelo nosso App ou pelo Canal do Cliente;

Manutenção de programação exclusiva de lives (internas e abertas) com conteúdo envolvendo entretenimento, liderança, poesia, música e sempre com diferentes abordagens e discussões, mas também com especialistas na prevenção elementar à saúde psicológica e emocional.

Criamos ainda um movimento para compartilhar informações e iniciativas com a certeza de que tudo isso vai passar:

<https://www.enquantoapassa.com.br/>

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

**Reconhecimento de receita
(Notas 3(xii) e 23)**

Uma das principais fontes de receita da Companhia é a taxa de administração, reconhecida mensalmente a partir das informações geradas no sistema interno de gerenciamento de beneficiários. Em decorrência do modelo de negócio, existem diferenças temporais entre o faturamento pelos serviços prestados e o montante a pagar reconhecido pelas operadoras, as quais são monitoradas através dos controles internos da Companhia.

Esse assunto permanece uma área de foco de nossa auditoria, pelo risco observado do reconhecimento de receita fora do período de competência, considerando a existência das diferenças temporais relacionadas ao faturamento pelos serviços prestados.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

- (a) Atualização do entendimento dos critérios de reconhecimento de receitas adotados pela administração, que suportam a contabilização das taxas de administração e de corretagem ao longo do exercício.
- (b) Teste, com base em amostragem, dos contratos firmados com os beneficiários e com as operadoras.
- (c) Teste da reconciliação dos saldos e dos ajustes relacionados ao controle das diferenças temporais relacionadas ao faturamento pelos serviços prestados e os valores a pagar para as operadoras.
- (d) Confronto dos recebimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2020 com a respectiva documentação-suporte.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são apropriados em todos os aspectos relevantes.

Valor recuperável do ágio registrado em aquisições (Notas 3(ix) e 14(a))

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ágio por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível, no montante de R\$ 386.073 mil na controladora e de R\$570.958 mi no consolidado, referente a aquisições realizadas no ano corrente e em anos anteriores.

A Administração elabora, anualmente, teste para avaliar a necessidade, ou não, de redução do ágio ao seu valor recuperável (teste de *impairment*).

Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação, aplicamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- (a) Atualização do entendimento da metodologia utilizada pela administração para projetar os fluxos de caixa descontados a valor presente.
- (b) Avaliação da coerência geral lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa futuro e avaliação da razoabilidade das premissas mais significativas: taxa de crescimento das receitas e taxa de desconto.

Porque é um PAA

Esse assunto permanece uma área de foco de nossa auditoria, devido à relevância do saldo de ágios no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e por envolver julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, em relação às projeções de fluxos de caixa futuros relacionados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais o ágio é alocado. Variações nas principais premissas utilizadas, como taxa de crescimento das receitas e taxa de desconto, entre outras, podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o conseqüente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Busca e apreensão na Companhia (Nota 1(v))

No exercício de 2020, a Companhia passou por duas buscas e apreensões em sua sede administrativa, no âmbito da Operação Paralelo 23 e da Operação Triunfo e o Conselho de Administração constituiu um "Comitê de Apuração" para investigação dos fatos. Para apoio ao Comitê de Apuração, foram contratados escritório de advogados e empresa especializada em investigação.

A investigação não identificou nenhum indício ou evidência de descumprimentos de leis e regulamentos por pessoas que ainda ocupem cargo na administração da Companhia, fatos que possam afetar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 ou, ainda, demandar divulgações adicionais ao descrito na referida nota explicativa. Não obstante, as investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e, como divulgado na nota explicativa, no momento não há como determinar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer conseqüências futuras nas demonstrações financeiras ou divulgações em notas explicativas.

Esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria do exercício em razão dos julgamentos relevantes e das incertezas e limitações inerentes, particularmente significativas em assuntos dessa natureza.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- (c) Recálculo da taxa de desconto considerando parâmetros de mercado.
- (d) Revisão da análise de sensibilidade para avaliar situações em que as variações resultariam na eventual necessidade de registro de perda não reconhecida.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na avaliação do valor recuperável do ágio registrado nas aquisições são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Com o apoio de nossos especialistas forenses internos, aplicamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- (a) Discussões sobre as alegações, escopo da investigação e apurações feitas com o Comitê de Apuração e com os órgãos de governança;
- (b) Discussão dos procedimentos adotados e acompanhamento das principais ações investigativas;
- (c) Testes, com base em amostragem, de evidências/informações levantadas no processo de investigação;
- (d) Leitura de pareceres e discussão com os advogados sobre implicações tributárias e criminais a Companhia.

Consideramos que a divulgação na Nota 1(v) em relação a esse assunto está consistente com as informações obtidas.

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E 1º DE JANEIRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora			Consolidado		
		(Reapresentado)			(Reapresentado)		
		31/12/2020	31/12/2019	1/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	1/01/2019
ATIVO							
ATIVO CIRCULANTE		1.230.391	564.233	726.993	1.369.720	619.439	758.589
Disponível	8	283.544	108.513	80.374	322.002	140.177	101.978
Realizável		946.847	455.720	646.619	1.047.718	479.262	656.611
Aplicações Financeiras	9	296.179	187.116	322.059	307.040	192.422	326.835
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		20.276	19.902	25.965	31.137	25.208	30.741
Aplicações Livres		275.903	167.214	296.094	275.903	167.214	296.094
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	10	554.776	112.273	106.867	622.886	117.636	111.045
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber							
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		79.223	112.273	106.867	118.166	117.636	111.045
Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Hospitalar		475.553	-	-	504.720	-	-
Créditos Tributários e Previdenciários		26.512	22.912	4.509	27.105	23.218	4.734
Bens e Títulos a Receber	11	67.286	131.253	209.763	87.754	136.841	210.576
Despesas Antecipadas		2.094	2.166	3.421	2.933	9.145	3.421
ATIVO NÃO CIRCULANTE		834.013	607.529	668.530	794.088	569.231	648.440
Realizável a Longo Prazo		85.929	56.742	100.371	92.043	56.867	100.677
Outras Aplicações		-	-	-	39	-	-
Créditos Tributários e Previdenciários		11.959	37.483	84.346	15.186	37.483	84.346
Depósitos Judiciais e Fiscais		13.644	13.793	7.092	16.492	13.918	7.108
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		60.326	5.466	8.933	60.326	5.466	9.223
Investimentos	13	263.977	52.469	28.176	33	33	33
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		263.944	52.436	28.143	-	-	-
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência a Saúde		263.944	52.436	28.143	-	-	-
Outros Investimentos		33	33	33	33	33	33
Imobilizado	-	670	6.691	8.579	1.571	9.886	8.814
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		670	1.172	2.113	1.567	1.430	2.347
Imobilizações em Curso		-	-	-	-	2.937	-
Outras Imobilizações		-	5.519	6.466	4	5.519	6.466
Intangível	14	483.437	491.627	531.404	700.441	502.445	538.916
TOTAL DO ATIVO		2.064.404	1.171.762	1.395.523	2.163.808	1.188.670	1.407.029

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Nota Explicativa	Controladora			Consolidado		
		(Reapresentado)			(Reapresentado)		
		31/12/2020	31/12/2019	1/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	1/01/2019
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		808.406	351.491	711.946	887.686	366.991	722.720
PASSIVO CIRCULANTE		711.509	244.161	285.195	777.934	250.542	289.199
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	15	711.509	244.161	285.195	777.934	250.542	289.199
Contraprestações / Prêmios a Restituir		27.113	16.696	30.520	28.603	17.837	31.330
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		69.343	77.878	63.063	82.016	82.815	65.911
Comercialização sobre Operações		405	744	-	405	744	-
Débitos de Operações de Administração de Benefícios		157.778	148.843	191.612	183.689	149.146	191.958
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		456.870	-	-	483.221	-	-
Provisões		8.316	9.362	10.405	13.753	11.513	11.700
Provisão para IR e CSLL		8.316	9.362	10.405	13.753	11.513	11.700
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		15.176	22.875	10.033	17.426	23.962	10.327
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	16	3.943	8.075	352.719	3.943	8.075	352.719
Débitos Diversos	17	69.462	67.018	53.594	74.630	72.899	88.775
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		400.630	331.962	47.733	419.220	333.370	48.465
Provisões		55.842	39.579	35.905	74.166	40.987	36.637
Provisões para Tributos Diferidos		-	-	-	8.162	-	-
Provisões para Ações Judiciais	18	55.842	39.579	35.905	66.004	40.987	36.637
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	16	289.349	288.915	-	289.349	288.915	-
Débitos Diversos	17	55.439	3.468	11.828	55.439	3.468	11.828
Tributos e encargos sociais a recolher		-	-	-	266	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		855.368	488.309	635.844	856.902	488.309	635.844
Capital Social	19	276.366	276.366	276.366	276.366	276.366	276.366
Reservas		579.002	211.943	359.478	579.002	211.943	359.478
Reservas de Capital		87.750	108.790	80.425	87.750	108.790	80.425
Reservas de Lucro		491.252	103.153	279.053	491.252	103.153	279.053
Lucros acumulados		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		855.368	488.309	-	855.368	488.309	-
Participação dos não controladores no patrimônio líquido		-	-	-	1.534	-	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.064.404	1.171.762	1.395.523	2.163.808	1.188.670	1.407.029

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior, Magnus Monteiro De Oliveira Junior e Magnus Monteiro De Oliveira Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código DD53-A049-F94F-83B6.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		Acumulado até 31/12/2020	Acumulado até 31/12/2019 (Reapresentado)	Acumulado até 31/12/2020	Acumulado até 31/12/2019 (Reapresentado)
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		1.185.690	1.189.463	1.286.518	1.238.291
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		<u>1.270.182</u>	<u>1.274.280</u>	<u>1.378.199</u>	<u>1.326.587</u>
Receitas com Administração		1.270.182	1.274.280	1.378.199	1.326.587
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(84.492)	(84.817)	(91.681)	(88.296)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		1.185.690	1.189.463	1.286.518	1.238.291
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		4.128	10.304	4.259	10.568
Outras Receitas Operacionais		<u>4.128</u>	<u>10.304</u>	<u>4.259</u>	<u>10.569</u>
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		<u>(222.675)</u>	<u>(167.574)</u>	<u>(244.018)</u>	<u>(177.073)</u>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	20	(125.222)	(104.579)	(133.582)	(109.794)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	10	(97.453)	(62.995)	(110.436)	(67.279)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(11.161)	(14.268)	(20.619)	(17.100)
RESULTADO BRUTO		955.982	1.017.925	1.026.140	1.054.687
Despesas de Comercialização	20	(19.338)	(26.089)	(24.282)	(26.089)
Despesas Administrativas	20	(383.722)	(415.445)	(412.413)	(450.945)
Resultado Financeiro Líquido	21	(9.073)	(3.016)	(11.489)	(4.098)
Receitas Financeiras		41.581	54.076	45.515	57.441
Despesas Financeiras		(50.654)	(57.092)	(57.004)	(61.530)
Resultado Patrimonial		29.554	(5.932)	10.200	
Receitas Patrimoniais		38.572	17.163	10.491	
Despesas Patrimoniais		(9.018)	(23.095)	(291)	
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	22	573.403	567.443	588.156	573.589
Imposto de Renda		(114.078)	(107.269)	(125.161)	(111.693)
Contribuição Social		(41.299)	(38.466)	(45.328)	(40.070)
Impostos Diferidos		(23.727)	(46.862)	(20.501)	(46.862)
Participações sobre o Lucro		(6.200)	(5.555)	(6.378)	(5.636)
RESULTADO LÍQUIDO		388.099	369.291	390.788	369.291
ATRIBUÍVEL A					
Participações dos acionistas controladores		388.099	369.291	388.099	369.291
Participações dos não controladores		-	-	2.689	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		388.099	369.291	390.788	369.291

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado até 31/12/2020	Acumulado até 31/12/2019 (Reapresentado)	Acumulado até 31/12/2020	Acumulado até 31/12/2019 (Reapresentado)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	388.099	369.291	390.788	369.291
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	388.099	369.291	390.788	369.291
ATRIBUÍDO A				
Acionistas controladores	388.099	369.291	388.099	369.291
Acionistas não controladores	-	-	2.689	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Atribuível a proprietários da controladora					Atribuível aos não controladores		
		Capital social integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total Controladora	Participação dos não controladores	Total Consolidado
				Legal	Outros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Anteriormente apresentado)		276.366	80.425	55.273	241.109	-	653.173	-	653.173
Ajuste de Exercícios Anteriores - Cut Off	2 III. b)	-	-	-	(17.329)	-	(17.329)	-	(17.329)
SALDOS EM 1 JANEIRO DE 2019 (Reapresentado)		276.366	80.425	55.273	223.780	-	635.844	-	635.844
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	387.876	387.876	-	387.876
Pagamento de dividendos		-	-	-	(232.591)	-	(232.591)	-	(232.591)
Dividendo adicional proposto	19	-	-	-	74.198	(74.198)	-	-	-
Distribuição de dividendos antecipados a controladores	19	-	-	-	-	(313.678)	(313.678)	-	(313.678)
Ações restritas		-	11.918	-	-	-	11.918	-	11.918
Opções outorgadas reconhecidas		-	171	-	-	-	171	-	171
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Anteriormente apresentado)		276.366	92.514	55.273	65.387	-	489.540	-	489.540
Ajuste de Exercícios Anteriores - ações restritas	2 III. a)	-	16.276	-	(15.077)	-	1.199	-	1.199
Ajuste de Exercícios Anteriores - Cut Off	2 III. b)	-	-	-	(1.684)	-	(1.684)	-	(1.684)
Ajuste de Exercícios Anteriores - não adoção CPC's reguladas ANS		-	-	-	(746)	-	(746)	-	(746)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (reapresentado)		276.366	108.790	55.273	47.880	-	488.309	-	488.309
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	388.099	388.099	2.689	390.788
Participação de não controladores - aquisição de negócios		-	-	-	-	-	-	1.171	1.171
Opções Outorgadas Reconhecidas	24	-	20.801	-	-	-	20.801	-	20.801
Dividendo mínimo obrigatório	19	-	-	-	3.881	(3.881)	-	-	-
Dividendo adicional proposto	19	-	-	-	384.218	(384.218)	-	-	-
Dividendos antecipados a não controladores		-	-	-	-	-	-	(2.327)	(2.327)
Transações de capital entre sócios		-	2.262	-	-	-	2.262	-	2.262
Opção de compra	19	-	(44.103)	-	-	-	(44.103)	-	(44.103)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020		276.366	87.750	55.273	435.979	-	855.368	1.534	856.902

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior, Magnus Monteiro De Oliveira Junior e Magnus Monteiro De Oliveira Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.br/portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código DD53-A049-194F-83B6.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
(+) Recebimentos de planos de saúde		10.006.938	10.559.964	10.732.794	10.965.092
(+) Resgate de aplicações financeiras		-	385.390	237.392	385.390
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		5.611	8.448	6.526	9.911
(+) Outros Recebimentos Operacionais		17.737	33.323	19.093	34.941
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(8.845.131)	(9.353.953)	(9.355.103)	(9.718.838)
(-) Pagamentos de Comissões		(17.357)	(23.445)	(26.051)	(23.445)
(-) Pagamentos de Pessoal		(64.702)	(60.678)	(76.365)	(68.014)
(-) Pagamentos de Pró-Labore		-	-	(576)	-
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(99.538)	(94.438)	(107.816)	(104.739)
(-) Pagamentos de Tributos		(263.742)	(270.228)	(284.807)	(276.335)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis / Trabalhistas / Tributárias)		-	(25.910)	(165)	(25.910)
(-) Pagamentos de Aluguel		(3.595)	(3.976)	(5.323)	(4.253)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(14.351)	(11.629)	(15.574)	(13.144)
(-) Aplicações Financeiras		(108.886)	(236.880)	(344.704)	(237.180)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(189.272)	(208.459)	(351.939)	(283.528)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		423.712	697.529	427.384	684.948
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - OUTROS		119	-	313	-
(+) Recebimentos de Dividendos		4.900	-	4.900	-
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - OUTROS		(9)	(564)	(86)	(24)
(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível		(195.941)	(7.762)	(209.136)	(198.451)
(-) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas		(19.651)	(28.680)	(19.651)	(28.680)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento		(22.621)	-	(22.621)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(233.203)	(37.006)	(246.280)	(45.855)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
(+) Recebimentos de Empréstimos / Financiamentos	16	-	290.000	-	290.000
(+) Integralização de capital em dinheiro		-	-	24.376	23.880
(-) Pagamentos de Participações no Resultado		-	(544.370)	(8.180)	(544.459)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento		(8)	(9.306)	(8)	(9.306)
(-) Pagamentos de Amortização de Empréstimos / Financiamentos / Leasing	16	-	(350.000)	-	(350.000)
(-) Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos / Financiamentos / Leasing	16	(15.469)	(18.708)	(15.469)	(18.708)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(15.477)	(632.384)	720	(609.293)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		175.032	28.139	181.824	38.799
Caixa - saldo inicial	8	108.513	80.374	140.177	101.978
Caixa - saldo final	8	283.544	108.513	322.002	140.777
Ativos livres no início do ano (*)	8	108.513	80.374	140.177	101.978
Ativos livres no fim do ano (*)	8	283.544	108.513	322.002	140.777
AUMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		175.032	28.139	181.824	38.799

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior, Magnus Monteiro De Oliveira Junior e Magnus Monteiro De Oliveira Junior.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código DD53-A049-F94F-83B6.



QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações Gerais

a) Contexto Operacional

A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (“Qualicorp Benefícios” ou “Companhia”) sociedade por ações, com seu capital fechado, iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2006, com sede no Estado de São Paulo, é uma empresa controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A (“Grupo Qualicorp” ou “Controladora”).

Em 12 de fevereiro de 2010, a Companhia recebeu autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - (“ANS”) para operar como empresa administradora de benefícios, cujas atividades estão delimitadas conforme Resoluções Normativas (RNs) n. 195/2009 e 196/2009 da ANS.

A Companhia e suas controladas Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda., Uniconsult - Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. e Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. efetuam operações de administração, estipulação de benefícios coletivos por adesão e empresarial direcionados a entidades de classe (sindicatos, associações, conselhos regionais, órgãos públicos, etc.).

As operações são conduzidas através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

A Companhia e o Grupo Qualicorp constituíram em 2018 a empresa Qsaúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. “Qsaúde”. Contudo, dentro das estratégias e objetivos de mercado da nova administração, foi aprovada em AGE em 30 de janeiro de 2020 de sua controladora indireta a alienação dessa controlada e os detalhes dessa transação estão na nota explicativa nº 1.b.ii).

b) Principais eventos ocorridos em 2020

I. Aquisições de controladas e de intangíveis

Ao longo de 2020 a Companhia efetuou aquisições que permitiram ampliar suas linhas de negócio, fortalecendo e expandindo suas operações:

- **Aquisição da Uniconsult Administradora de Benefícios (“Uniconsult”)** – Aquisição de 75% do capital social da Uniconsult no valor de R\$21.001, adicionando ao portfólio cerca de 40.000 vidas na comercialização de produtos coletivos por adesão, com atuação nas regiões sul e sudeste, o valor da aquisição dos 75% foi liquidado em 06 de abril de 2020 e a opção de compra dos 25% remanescentes do capital serão liquidados em 06 de fevereiro de 2025, onde para maiores detalhes dessa transação veja nota explicativa nº 7;
- **Aquisição de carteira Clube Care** – Aquisição de carteira de clientes com a cessão de direito e obrigações dessa Administradora de Benefícios de aproximadamente 14 mil vidas, no valor de R\$ 20.000, sendo totalmente liquidado em 20 de outubro de 2020. Para maiores detalhes veja nota explicativa nº 14.I.b);
- **Aquisição da carteira da Muito Mais Saúde (MMS)** – celebrado aquisição de intangível, através de cessão de direito e obrigações, para administrar 55.000 vidas referente a contratos de planos de saúde e odontológicos no segmento coletivo por adesão. Os contratos adquiridos são de planos celebrados entre a MMS e as operadoras de clientes localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo fortalecendo nosso segmento na região. Essa transação foi de R\$ 17.600 e será liquidada em duas parcelas após as integrações das vidas, com previsão para pagamento de R\$ 15.840 em 31 de março de 2021 e de R\$ 1.760 em 30 de abril de 2021. Para maiores

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior, Magnus Monteiro De Oliveira Junior e Magnus Monteiro De Oliveira Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código DD53-A049-F94F-83B6.



detalhes dessa transação veja nota explicativa 14.I.a).

- **Aquisição da Plural Gestão de Saúde** – Aquisição de 75% do capital social da Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. Adicionando ao portfólio cerca de 96 mil vidas no segmento coletivo por adesão, além de 21 novas operadoras de saúde e 79 novas entidades de classe. O valor da aquisição dos 75% foi de R\$ 176.175, liquidado em 9 de dezembro de 2020, além de contas a pagar por aquisição (*earn-out*) a ser liquidado em 2022 e opção de compra dos 25% remanescentes do capital que serão liquidadas a partir de 31 de março de 2026, onde maiores informações acerca da alocação do preço de compra dessa combinação de negócios estão descritas na nota explicativa nº 7.
- **Aquisição de carteira da Health Administradora de Benefícios** – Como parte da estratégia de crescimento do Grupo Qualicorp, com foco na diversificação de portfólio e de parcerias para ampliar o acesso da população brasileira à uma saúde suplementar de qualidade, em 28 de outubro de 2020, por meio da controlada Clube de Saúde, foi anunciada a aquisição da carteira de clientes da Health Administradora de Benefícios por meio de uma transação envolvendo 4.300 vidas de planos coletivos por adesão pelo montante de R\$ 7.376. O portfólio adquirido envolve somente os direitos e obrigações sobre a referida carteira e está sendo comercializado em parceria com o Grupo Notre Dame Intermédica (GNDI) no estado de São Paulo. Esta transação foi liquidada em fevereiro de 2021 no montante de R\$4.426. O saldo residual de R\$2.950 foi liquidado através de emissão de quotas ao vendedor, aumentando na Clube de Saúde tanto o capital social em R\$464 como a reserva de capital em R\$2.486, devido a mais valia alocada na emissão dessas quotas, com isso a controlada Clube de Saúde passou a ter um quotista minoritário com 1,19% de seu capital social com exercício de opção de compra futura por parte da Companhia após 7 anos. Para maiores detalhes dessa transação veja nota explicativa nº 14.I.a).

II. Fechamento da Alienação da Qsaúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

Dentro de suas estratégias e objetivos de mercado, o Grupo Qualicorp constituiu em 2018 a empresa Qsaúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. (“Qsaúde”), com o objetivo de (i) a comercialização, planejamento, gerenciamento, organização de planos de saúde privados de todas as modalidades, por meio da garantia da cobertura de custos de assistência do mercado envolvido em todos os meios (ambulatorial, hospitalar, médica e laboratorial) de seus integrantes através de gestão no credenciamento e consultoria técnica para o exercício da atividade técnica (ii) a participação como sócia, acionista e quotista em outras sociedades que desempenhem funções relacionadas ao seu objeto.

Entretanto, em 13 de janeiro de 2020, o Conselho de administração da Controladora aprovou, a contratação de operação de alienação de todas as atividades, ativos e passivos da Qsaúde para o Sr. José Seripieri Filho, acionista da controladora. Nesse contexto, a Companhia celebrou, nesta mesma data, o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, cuja validade e eficácia ficou condicionada, dentre outras condições, à aprovação pela Assembleia Geral da Companhia (AGE).

A AGE realizada em 30 de janeiro de 2020 analisou, aprovou e ratificou pelos acionistas a recomendação do Conselho de Administração dos seguintes termos: (i) alienação pela Companhia da totalidade das quotas de emissão da controlada Qsaúde Operadora de Planos de Saúde Ltda. para o Sr. José Seripieri Filho, nos termos da Proposta de Administração e contrato disponibilizado no valor de R\$ 51.083; (ii) todo e qualquer valor que tenha sido ou venha a ser custeado pelas vendedoras para pagamento de despesas e custos fixos e ordinários para fins de cumprimento das obrigações assumidas pela Qsaúde como parte do seu plano de iniciar suas atividades operacionais entre 31 de dezembro de 2019 até data de fechamento, (iii) na concessão de liberação parcial e restrita das obrigações de não competição e não aliciamento de clientes, fornecedores, distribuidores e/ou parceiros comerciais, assumidas pelo Sr. José Seripieri Filho no Contrato de Assunção de Obrigação de Não Alienação de Ações e Não Competição de Negócios, celebrado com a Companhia em 28 de setembro de 2018; e (iv) na celebração de contrato de parceria comercial entre a Companhia, sua controlada Qualicorp Administradora e a Qsaúde para regular o oferecimento de produtos da Qsaúde pela Companhia.

A efetivação da venda foi aprovada pela Agência Nacional da Saúde (ANS) em 24 de março de 2020.

Em 24 de abril de 2020 ocorreu o fechamento da operação de venda com a apuração do preço de venda de R\$ 56.400 no resultado e contas a receber da operação que foi composta pelo preço de venda da transação definida com base



nos gastos com investimentos, custos e dispêndio incorridos pela Qsaúde atualizados monetariamente pelo CDI até data do fechamento para ser atualizado monetariamente até a liquidação financeira. Contudo, tendo em vista a existência de divergência entre as partes referente ao preço de aquisição, tal montante começou a ser discutido em procedimento arbitral.

A partir do dia 25 de abril de 2020 os resultados da mesma já não faziam mais parte do Grupo Qualicorp.

A posição patrimonial do Qsaúde em 24 de abril de 2020, era composta como segue:

Ativo	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa	Arrendamentos
1	6.951
Outros ativos financeiros	Obrigações com pessoal
375	1.660
Outros ativos não financeiros	Impostos a recolher
9.013	570
Ativo circulante	Débitos diversos
9.389	550
	Partes relacionadas
	9
Impostos diferidos	Passivo circulante
1.949	9.740
Imobilizado	
53.755	Arrendamentos
Intangível	40.185
11.933	Impostos diferidos
Ativo não circulante	660
67.637	Passivo não circulante
	40.845
	Patrimônio líquido
	26.441
Total Ativo	Total Passivo
77.026	77.026

Em 1º de dezembro de 2020 a Companhia e o Grupo Qualicorp celebraram um instrumento de transação com o Sr. José Seripieri Filho e entidades por ele controladas (“Instrumento de Transação”) tendo por objetivos: (a) encerrar as relações societárias com ex acionista fundador, inclusive com a extensão, por mais 2 (dois) anos, de sua obrigação de não competição com a Qualicorp e (b) concluir o procedimento arbitral em curso relativo ao preço de aquisição das quotas da Qsaúde, originalmente contratada em 13 de janeiro de 2020.

Dessa forma, por meio desse Instrumento de Transação:

- Foi acordada a extensão, por mais 2 (dois) anos, até 28 de setembro de 2026, da obrigação de não competição assumida pelo Sr. José Seripieri Filho no Contrato de Assunção de Obrigação de Não Alienação de Ações e Não Competição de Negócios celebrado em 28 de setembro de 2018 e seu aditamento celebrado em 24 de abril de 2020 (em conjunto “Contrato de Não Competição”);
- O Sr. José Seripieri Filho e suas controladas, diretas e indiretas, obrigaram-se a alienar sua participação societária na Qualicorp, bem como a não adquirir novas ações de sua emissão pelo prazo de 10 (dez) anos;
- Como contrapartida pela extensão do prazo da obrigação de não competição e como forma de viabilizar a execução da obrigação de alienar sua participação societária, o Sr. José Seripieri Filho foi dispensado da obrigação, também prevista no Contrato de Não Competição, de manter sob sua titularidade a quantidade de ações de emissão da Companhia prevista no Contrato de Não Competição;
- Encerrado o procedimento arbitral em que se discutia o preço de aquisição das quotas da Qsaúde, que foi fixado em R\$40.866 e que será pago em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo R\$ 4.870 apresentado no ativo circulante e R\$ 35.679 apresentado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2020; e
- Foi distratado o Contrato de Parceria Comercial e Outras Avenças celebrado em 24 de abril de 2020 entre Qualicorp e a Qsaúde, sem quaisquer obrigações ou ônus adicionais para qualquer das partes.

Já considerando somente os 80% alocados na Companhia teríamos o seguinte resultado:



Resultado - Alienação Qsaúde	
Investimentos, custos e dispêndios incorridos pela Qsaúde	40.866
Baixa de investimento em controlada	(21.150)
Resultado na alienação Qsaúde	19.716

Os saldos dos Contas a receber dessa operação estão no Ativo circulante no grupo de Bens títulos a receber conforme descrito na nota explicativa nº 11 e no Ativo não circulante dentro do grupo Outros créditos a receber a longo prazo no montante de R\$ 28.543.

III. Covid-19

Fomos uma das 50 empresas que mais ajudaram o país na luta contra o Covid-19, mas considerando a relevância do tema, avaliamos ainda cuidadosamente os impactos do Covid-19 em nossos negócios onde informações mais detalhadas podem ser obtidas por meio da nota explicativa nº 28.

IV. Suspensão de reajustes de planos de saúde por 120 dias

Em 21 de agosto de 2020, na 16ª Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu suspender, por 120 dias, a aplicação de reajustes anuais e por faixa etária aos contratos de planos de saúde, compreendendo o período de setembro a dezembro de 2020. Em 8 de outubro de 2020, a ANS publicou instruções para suas reguladas, solicitando a contabilização por competência de todos os efeitos sobre a suspensão do reajuste anual e por faixa etária para os meses de setembro a dezembro de 2020, que definido pela ANS serão cobrados dos beneficiários ao longo de 2021.

Adicionalmente, em julho de 2020, por deliberalidade da Companhia, os reajustes anuais e por faixa etária haviam sido postergados para outubro de 2020, mas com a deliberação da ANS, também serão cobrados dos beneficiários em 2021, e por consequência também foram tratados como se suspenso fosse.

Essas medidas de suspensão de aplicação de reajustes por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária que foram definidas pela ANS refletiram em impactos para a Companhia e no consolidado nos grupos de Clientes, Prêmios a Repassar, Receita de Taxa de Administração, além de Custos com Serviços Prestados e Provisão de Perdas, onde convém destacar que todos esses efeitos estão refletidos nas demonstrações financeiras, sendo que os principais impactos contábeis no Consolidado em 31 de dezembro de 2020 foram os seguintes:

Impactos do Reajuste

Créditos a receber de clientes	Impacto nos Boletos que foram enviados para nossos Beneficiários no valor de R\$556.062 .
Prêmios a repassar	Impacto de R\$483.221 em nosso passivo.
Receita de Taxa de Administração	Nossas receitas de taxa de administração são recorrentes e correspondem à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos de saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão. Ela é paga mensalmente pelos Beneficiários membros das associações em função de todos os serviços que prestamos. A Companhia estimou que o impacto nessa linha será de: R\$64.287 .
Custo dos Serviços Prestados	Efetuamos um complemento na provisão de repasses financeiros, com uma despesa no resultado e a contrapartida no passivo de R\$7.893 .
Provisão para Perdas sobre créditos	Reconhecemos um ajuste de R\$51.328 .



V. Busca e Apreensão na sede da Companhia

Em 21 de julho de 2020, foi realizada pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Paralelo 23, busca e apreensão de documentos na sede da Companhia e em outros endereços. Esta investigação apura supostos atos ilícitos relativos às eleições de 2014.

Em reunião do Conselho de Administração realizada entre os dias 21 e 22 de julho de 2020, foi constituído um comitê especial de assessoramento (“Comitê de Apuração”), que foi responsável pela investigação dos fatos que originaram a busca e apreensão na sede administrativa, bem como eventuais desdobramentos e, para o apoio às atividades, foi contratado escritório de advogados e empresa especializada em investigação.

Posteriormente, em 22 de outubro de 2020, foi deflagrada pela Polícia Federal a Operação Triuno, para a apuração de supostos pagamentos a prestadores de serviço sem a devida contraprestação, incluindo pagamentos a auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, por intermédio de escritório de advocacia e outras empresas, a fim de obter supostas vantagens tributárias indevidas. No âmbito da Operação Triuno, foram realizadas medidas de busca e apreensão em diversos endereços, incluindo a sede da Companhia, também em 22 de outubro de 2020.

Diante desse contexto, o Conselho de Administração reuniu-se extraordinariamente novamente em 22 e 23 de outubro de 2020 e aprovou, por unanimidade, a ampliação do escopo das atividades do Comitê de Apuração, que ficou responsável por apurar os fatos que deram ensejo ao mandado de busca e apreensão cumprido na sede da Companhia em 22 de outubro de 2020, bem como de seus desdobramentos.

O Comitê apresentou suas conclusões e recomendações diretamente ao Conselho de Administração, que analisou e deliberou sobre a adoção das medidas necessárias para preservar os interesses da Companhia e de todos os seus acionistas.

A conclusão dos trabalhos está descrita na nota explicativa nº 29 d.).

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

I. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS, e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 435. Tais demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração e sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela ANS. Os pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 06 (R2) – Arrendamentos e Interpretação Técnica ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro ainda não foram apreciados pela ANS.

II. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.



III. Reapresentação por ajustes e reclassificações

Reapresentação de saldos referente 1º de janeiro de 2019:

Balço Patrimonial Descrição	Controladora			Consolidado		
	1/01/2019 (Anteriormente apresentado)	Ajuste	01/01/2019 (Reapresentado) após ajustes de cut off (a)	1/01/2019 (Anteriormente apresentado)	Ajuste	01/01/2019 (Reapresentado) após ajustes de cut off (a)
Créditos Tributários e Previdenciários	3.306	1.203	4.509	3.499	1.235	4.734
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	44.975	18.088	63.063	47.347	18.564	65.911
Investimentos	28.587	(444)	28.143	-	-	-
Reservas de Lucros	296.382	(17.329)	279.053	296.382	(17.329)	279.053

Abaixo quadro com as reapresentações de saldos realizadas em 31 de dezembro de 2019:

Balço Patrimonial	Controladora			Consolidado				
	31/12/2019 (Anteriormente apresentado)	Cut-off (a)	Ações restritas (b)	31/12/2019 (Reapresen- tado)	31/12/2019 (Anteriormente Apresentado)	Cut-off (b)	Ações restritas (c)	31/12/2019 (Reapresen- tado)
Créditos Tributários e Previdenciários	13.783	1.294	7.835	22.912	14.027	1.356	7.835	29.238
Investimentos	53.294	(858)	-	52.436	-	-	-	-
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	58.428	19.450	-	77.878	62.447	20.368	-	82.155
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16.238	-	6.637	22.875	17.324	-	6.637	23.962
Reservas de Capital	92.514	-	16.276	108.790	92.514	-	16.276	108.790
Reserva de lucros	137.989	(19.013)	(15.077)	103.899	137.989	(19.013)	(15.077)	103.899

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior, Magnus Monteiro De Oliveira Junior e Magnus Monteiro De Oliveira Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código DD53-A049-F94F-83B6.



Demonstração do Resultado	Controladora				Consolidado					
	31/12/2019 (anteriormente apresentado)	Cut-off (a)	Ações restritas (b)	Despesa de comissão (c)	31/12/2019 (reapresenta do)	31/12/2019 (anteriormen te Apresentado)	Cut-off (a)	Ações restritas (b)	Despesa de comissão (c)	31/12/2019 (reapresenta do)
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	1.275.642	1.362	-	-	1.274.280	1.328.391	1.804	-	-	1.326.587
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(84.908)	91	-	-	(84.817)	(88.416)	120	-	-	(88.296)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(127.625)	-	-	23.046	(104.579)	(132.840)	-	-	23.046	(109.794)
Despesas Administrativas	(396.211)	-	(22.912)	3.678	(415.445)	(429.251)	-	(22.912)	1.218	(450.945)
Despesas de Comercialização	-	-	-	(26.089)	(26.089)	-	-	-	(26.089)	(26.089)
Imposto de renda	(113.030)	-	5.761	-	(107.269)	(117.454)	-	5.761	-	(116.693)
Contribuição Social	(40.540)	-	2.074	-	(38.466)	(42.147)	-	2.074	-	(40.073)
Resultado patrimonial	(3.059)	-	-	-	(5.932)	-	-	-	-	-
Resultado líquido	387.876	(1.271)	(15.077)	-	369.291	387.876	(1.684)	(15.077)	-	369.291

a) Ajuste de contabilização de receita

A Companhia revisou o método de contabilização da receita de Taxa de Administração e constatou-se que a contabilização deveria ser “pró-rata” dia, para atender o regime de competência, em virtude das diversas vigências nos contratos junto aos beneficiários e aplicou a correção dos ajustes.

b) Ajustes de despesas de ações restritas

A Companhia revisou os cálculos e contabilizações relacionadas às ações restritas outorgadas em 2019 e identificou inconsistências na forma de contabilização de tais outorgas em seu balanço patrimonial e resultado do exercício de 2019 e 2020. A contabilização anteriormente definida e registrada foi realizada pró-rata dia, enquanto a contabilização correta do plano de outorga de ações restritas deve ser realizada por tranches, de acordo com o CPC 10 (R1). Portanto, após referida revisão, a Companhia providenciou o ajuste e a apresentação dos valores contábeis. Diante disso, a Companhia reapresenta neste relatório os períodos comparativos referentes às ações restritas concedidas em 2019.

c) Reclassificação de despesas de comissões

A Companhia revisou o plano de contas das contas e, para estar em conformidade com a norma vigente, RN 435/2018 que dispõe sobre o plano de contas padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, decidiu reapresentar as suas despesas de comissões na demonstração do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2019, realocando as contas em seus respectivos grupos.



3 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

I. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas passaram a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas, se aplicável.



Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

A Companhia e suas controladas efetuam a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

II. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

III. Aplicações financeiras

Incluem aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos e aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.

IV. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais o estipulante é a Companhia e sua controlada Clube de Saúde) são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Companhia e suas controladas), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde.

Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo “Créditos de administração de benefícios” em contrapartida às contas de passivos de “Débitos de administração de benefícios” (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de “Contraprestações /prêmios a restituir” (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica “Receita antecipada de contraprestações/prêmios”.

V. Combinação de negócios e investimentos em controladas

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica.

De acordo com a nova definição de negócio constante no item B7 da IFRS 3 revisada e atualizada no Pronunciamento Técnico CPC/15 (R1), um negócio consiste de Inputs (Entradas) e Processos que aplicados a essas entradas possuem a capacidade de contribuir para a criação de Outputs (Saídas), ou seja, as principais alterações dizem respeito à uma



definição mais restrita de saídas onde um conjunto de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo para ser um negócio.

Demonstrações financeiras consolidadas

Controladas

Todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle de forma direta ou indireta são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Adicionalmente a Companhia não possui ou detém participações não controladoras.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia considera que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

VI. Provisão para perdas sobre créditos

Nas operações em que a Empresa assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

VII. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.ix).

VIII. Intangível

Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em



desenvolvimento, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.ix).

(*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica “Investimentos”, líquidos das amortizações, impostos diferidos e baixas.

IX. Redução ao valor recuperável do ativo (*Impairment*)

Ativo imobilizado e intangível com prazo de vida útil determinados

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ágio

O ágio (goodwill) é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Adicionalmente, os ágios são alocados a unidade geradora de caixa Afinidades, que são avaliados para fins de *impairment* anualmente.



Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Durante o exercício de 2020 a Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e não detectaram necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável. Para maiores detalhes ver a nota explicativa nº 14 (a).

X. Empréstimos e financiamentos a pagar - debêntures

Estão representados por recursos captados através da emissão de debêntures, que são demonstrados pelo valor atualizado dos encargos financeiros, calculados com base nas taxas de juros acrescidas dos custos de transação.

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução de captações de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida - debêntures são contabilizadas a débito de debêntures, e amortizados no resultado, no prazo da operação.

XI. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

XII. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

- 1) Contraprestação/Prêmios a restituir: corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente.
- 2) Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

XIII. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária;



e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.

XIV. Provisões para ações judiciais

As provisões para riscos tributários, trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

As provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), a partir de maio de 2020 passam a ser reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo:

- Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos;
- Aprimora o controle de desempenho;
- Elimina erros contábeis e mitiga riscos;
- Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento;
- Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica;
- Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível;

Adicionalmente, a fórmula para o cálculo é a seguinte:

$$= [(Base\ ativa \times \% \ Taxa\ de\ perda) \times \$ \ Valor\ médio/mediano\ de\ desembolso]$$

XV. Participações sobre o lucro e opções de compra de ações e ações restritas

As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia e suas controladas são classificadas como custo ou despesa operacional. A Companhia e suas controladas, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em despesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos estimados ações restritas outorgadas aos contratos de pagamento baseados em ações existentes (nota explicativa nº 20). A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta “Reserva de capital - opções outorgadas de ações”.

Plano de ações restritas:

O valor justo do plano de outorga de compra de ações restritas é reconhecido em despesas administrativas com correspondente ajuste no patrimônio líquido. O valor é devido aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração de sua controladora, na proporção de 25% a 33% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato; O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações de sua controladora, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria de sua controladora. O prazo máximo para o exercício



das ações outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. As ações poderão ser entregues como parte do pagamento da participação dos resultados e lucros de sua controladora; e o preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S. A. no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga.

XVI. Contabilização dos dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante (vide nota explicativa nº19), por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada no patrimônio líquido.

XVII. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor-Presidente da Companhia e de suas controladas. A Companhia possui apenas um segmento, o Segmento Afinidades.

As apresentações das segmentações e seus detalhes estão descritas na nota explicativa nº 24.

4 Principais Estimativas e Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Companhia e suas controladas e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes.

A Companhia e suas controladas adotam premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia anualmente testa os saldos de ágio por *impairment*, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3 viii e premissas na nota explicativa nº 14. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculo efetuado conforme estimativas descritas na nota explicativa nº 14. Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração, passaria de 15,8% para 16,8% e continuaria não havendo perda a ser reconhecida.



b) Provisão para riscos cíveis

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na provisão no valor de R\$3.207.

5 Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros contabilizados por meio do resultado e empréstimos e recebíveis e apresentados a seguir se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis (Reapresentado)	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	254.002	-	68.247
Aplicações financeiras	-	296.179	-	187.116
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	554.776	-	112.273	-
Bens e títulos a receber	67.286	-	131.253	-
Depósitos judiciais e fiscais	13.644	-	13.793	-
Passivos financeiros:				
Débitos de operações de administração de Benefícios	157.778	-	148.843	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	69.343	-	77.878	-
Contraprestações / prêmios a restituir	27.113	-	16.696	-
Débitos diversos – circulante	69.462	-	67.018	-
Débitos diversos - não circulante	55.439	-	3.468	-
Empréstimos e financiamentos – circulante	3.943	-	8.075	-
Empréstimos e financiamentos - não circulante	289.349	-	298.915	-



	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis (Reapresentado)	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	283.544	-	95.287
Aplicações financeiras	-	307.040	-	192.422
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	622.886	-	117.636	-
Bens e títulos a receber	91.724	-	136.841	-
Depósitos judiciais e fiscais	21.287	-	13.918	-
Passivos financeiros:				
Débitos de operações de administração de Benefícios	183.689	-	149.146	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	82.016	-	82.815	-
Contraprestações / prêmios a restituir	28.603	-	17.837	-
Comercialização sobre Operações	405	-	744	-
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	483.221	-	-	-
Débitos diversos – circulante	74.630	-	72.899	-
Débitos diversos - não circulante	55.439	-	3.468	-
Empréstimos e financiamentos – circulante	3.943	-	8.075	-
Empréstimos e financiamentos - não circulante	289.349	-	288.915	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial - consolidado

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).



Consolidado	31/12/2020		31/12/2019	
	Nível 1	Nível 3	Nível 1	Nível 3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	254.002		68.247	
Aplicações financeiras	296.179	-	192.422	-
Débitos diversos – passivo não circulante - Opções de compra para aquisição de participação de não controladores		(42.295)	-	-

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

O valor contábil dos demais ativos e passivos financeiros é próximo ao seu valor justo, com exceção das debêntures do passivo não circulante, veja nota explicativa nº 16.

Reconciliação das mensurações de valor justo de Nível 3 dos passivos financeiros

	Valor justo por meio do resultado		
	Uniconsult	Plural	Clube de Saúde
Saldo em 31 de dezembro de 2019			
Constituição de obrigações a pagar e opções de compra de participação de não controladores relacionadas à aquisição.	1.856	39.502	2.745
Atualização a valor justo	1.032	-	-
Demais valores pagos (*)	(94)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.794	39.502	2.745

A Companhia tem compromissos contratados através de opção de compra de participações de não controladores relativos à aquisição da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. e Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. (nota explicativa nº 7).

A determinação do valor de compra da participação de não controladores é determinada substancialmente através de múltiplos de Faturamento, ambos para o período de 12 meses que antecederem o exercício da opção. Esse passivo é mensurado com base no valor justo das participações de não controladores e estimado com a aplicação de uma abordagem do fluxo de caixa descontado.

* Valor referente prêmio pago pela Companhia para ter a opção de comprar a participação remanescente de 25% dos acionistas vendedores.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

b) Gerenciamento dos principais riscos

A Companhia e suas controladas efetuam operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e suas controladas são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma



série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Companhia e suas controladas possuem controles internos que garantem que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia e sua controlada Clube de Saúde terem que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários.

Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 30 e 60 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.vi.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Companhia é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	254.002	68.246	283.544	95.287
Aplicações financeiras vinculadas (i)	296.179	187.116	307.040	192.422
Debêntures (ii)	(293.292)	(296.990)	(293.292)	(296.990)
Total de exposição líquida	256.889	(41.628)	297.292	(9.281)

- i. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 7 e 8.
- ii. As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 251 dias úteis (CETIP), acrescida de "spread" 1,15% a.a (1,15% para 2019), sendo devida semestralmente, a partir da data da emissão, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível e de obrigações com debêntures.

31 de dezembro de 2020, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$ 458.



Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (debêntures detalhadas na nota explicativa nº 16, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

A Companhia está sujeita a certos limites de alavancagem conforme mencionado na nota explicativa nº 17 (empréstimos e financiamentos a pagar).

Capital Base

Antigo Patrimônio Mínimo Ajustado, o Capital Base, regulamentado pela RN 451 de março de 2020, estabelece uma regra que define o montante a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização das mesmas.

Na apuração da capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS pelo fator K, que por sua vez, é determinado pela região de comercialização da operadora e pelo segmento da mesma.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital base calculado mínimo obrigatório é de R\$8.977 (R\$ 8.790 em 2019).

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras ajustados por efeitos econômicos regulamentados na RN 451 de março de 2020.

Conforme exposto no art.10 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras deverão observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas nesta RN.

Quanto a sua apuração, deve-se observar três importantes pontos:

- i) A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ou superior ao capital regulatório;
- ii) A segunda observação, é que até 2022, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base apurado e a margem de solvência (não aplicável para administradoras de benefícios);
- iii) A partir de 2023, com exceção das autogestões, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em riscos.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido ajustado calculado é de R\$105.893, ((R\$35.372) em 31 de dezembro de 2019) para a Qualicorp Benefícios, R\$53.524 (R\$34.506 em 31 de dezembro de 2019) para a Clube de Saúde, R\$ (392) para Uniconsult, R\$ 2.267 para Plural Saúde e (R\$1.141) em 31 de dezembro de 2019 para Qsaúde.

Abaixo o patrimônio líquido ajustado calculado e o capital regulatório, os quais estão enquadrados à respectiva Instrução Normativa em 31 de dezembro de 2020, exceto o capital regulatório da Uniconsult, mas já regularizado em fevereiro de 2021:



Descrição	31/12/2020				31/12/2019		
	Qualicorp Benefícios	Clube	Uniconsult	Plural	Qualicorp Benefícios	Clube	Qsaúde
PLA	105.893	53.524	-	2.267	(35.372)	34.506	(1.141)
Capital regulatório	1.548	1.548	(392)	1.548	176	176	8.790

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Companhia, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

Consolidado	Consolidado					Total
	Taxa de juros estimada	Menos de seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a dois anos	Mais de dois anos	
31 de dezembro de 2020:						
Debentures (a)	CDI + 1,15%	4.519	4.442	10.233	302.829	322.029
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	-	483.221	-	-	-	483.221
Débitos de operações de administração de benefícios	-	183.689	-	-	-	183.689
Receita antecipada de contraprestações / prêmios	-	63.452	-	-	-	63.452
Contraprestações / prêmios a restituir	-	28.603	-	-	-	28.603
Comercialização sobre Operações	-	405	-	-	-	405
Débitos diversos	-	110.170	-	-	-	110.170
Total		874.059	4.442	10.233	302.829	1.191.564

- Considera o valor total da dívida em 31 de dezembro de 2020, não calculado a valor presente.

6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

As seguintes alterações de normas iniciaram sua vigência em 1º de janeiro de 2020 e foram aplicadas pela Companhia quando necessário:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”; e
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros

As seguintes normas foram emitidas pelo CPC e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 (CPC 47 e CPC 48 e ICPC 21) e 1º de janeiro de 2019 (CPC 06 (R1) e ICPC 22), mas não foram adotadas, pois não houve aprovação



da ANS (Agencia Nacional de Saúde) e no final desta nota explicativa apresentamos os respectivos impactos das normas aplicáveis a esta Companhia caso tivéssemos a adoção.

a) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Na avaliação realizada, a Empresa entende que o impacto dessa norma será:

- I. Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como “Empréstimos e Recebíveis” devem ser classificados como “Custo Amortizado”;
- II. Com relação ao novo modelo de *impairment*, a Empresa entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 90 dias, considerando o histórico de “perdas incorridas” e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das “perdas de crédito esperadas”, no mesmo momento do registro do respectivo faturamento.

b) CPC 47 – Receita de contrato com cliente

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção" e CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Os impactos na adoção da referida norma, estão demonstrados abaixo no quadro abaixo..

c) CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Com essa norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Na avaliação realizada, os impactos da adoção desta norma estão destacados a seguir:

- **Passivo de Arrendamento** – Reconhecer em passivo o montante do compromisso assumido com o contrato. Este valor, será ajustado a valor presente utilizando a taxa de desconto implícita no contrato (se houver) ou que forneça uma realidade econômica para o contrato.
- **Ativo Imobilizado** – As contraprestações dos contratos de arrendamentos, atualmente reconhecidos como despesas, serão registradas como ativo imobilizado/intangível na data de aplicação inicial ou quando houver novo contrato de arrendamento, no montante equivalente ao passivo de arrendamento e serão depreciadas/amortizadas durante a vigência do contrato.
- **Patrimônio Líquido** – Os montantes reconhecidos em decorrência das normas pré CPC 06-(R2) devem ser baixados e reconhecidos no PL, assim como os resultados atribuídos as novas formas de contabilização.
- **Despesa Financeira** – Os montantes reconhecidos em passivo, serão atualizados utilizando a mesma taxa de AVP, gerando despesa financeira.



- **Resultado Líquido** – As despesas geradas pelo novo método de contabilização serão maiores no início do contrato e decrescem até o término, em virtude da atualização monetária do passivo. Embora exista a diferença temporal, ao longo da vida útil os efeitos em resultados serão iguais aos que ocorreriam sem o IFRS 16, mas o impacto será em linhas diferentes da demonstração de resultado.

d) ICPC 22 - Interpretação do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. Os tratamentos fiscais incertos poderão surgir em virtude das contabilizações das transações diárias da empresa, bem como procedimentos adotados pela Companhia na apuração e cálculo dos tributos, que conflitam com a legislação vigente (legislações tributárias que dão margem para mais de uma interpretação, erros e descumprimento de alguma obrigação acessória, etc.). E também reforça a necessidade de divulgação dos julgamentos realizados e premissas ou outras estimativas utilizadas.

A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Empresa nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

e) Impactos da adoção das normas contábeis

Caso as normas fossem aprovadas pela agência reguladora, teríamos os seguintes ajustes nas demonstrações da Empresa:

Controladora	2020				2019			
	CPC 06 (R2)	CPC 47	CPC 48	TOTAL	CPC 06 (R2)	CPC 47	CPC 48	TOTAL
Balço Patrimonial								
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	-	-	(9.282)	(9.282)	-	-	(11.066)	(11.066)
Créditos tributários e previdenciários	418	-	3.156	3.574	418	-	3.762	4.180
Investimento	(2.584)	-	(595)	(3.179)	(956)	-	(2.274)	(3.230)
Imobilizado	5.843	-	-	5.843	13.331	-	-	13.331
Intangível	-	4.217	-	4.217	-	2.850	-	2.850
Ativo	3.677	4.217	(6.721)	1.173	12.793	2.850	(9.578)	6.065
Empréstimos e financiamentos (circulante)	3.195	-	-	3.195	4.856	-	-	4.856
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	3.712	-	-	3.712	9.408	-	-	9.408
Provisões para IR e CSLL	(168)	-	-	(168)	101	-	-	101
Patrimônio líquido	(3.062)	4.217	(6.721)	(5.566)	(1.572)	2.850	(9.578)	(8.300)
Passivo e patrimônio líquido	3.677	4.217	(6.721)	1.173	12.793	2.850	(9.578)	6.065
Controladora	2020				2019			
Demonstração do Resultado	CPC 06 (R2)	CPC 47	CPC 48	TOTAL	CPC 06 (R2)	CPC 47	CPC 48	TOTAL
Despesas administrativas	823	1.367	-	2.190	1.017	1.737	-	2.754
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	-	1.785	1.785	-	-	2.138	2.138
Resultado Financeiro	(954)	-	-	(954)	(1.950)	-	-	(1.950)
Resultado Patrimonial	(1.628)	-	1.679	51	(956)	-	(230)	(1.186)
IR/CSLL	269	-	(607)	(338)	317	-	(727)	(410)
Lucro líquido	(1.490)	1.367	2.857	2.734	(1.572)	1.737	1.181	1.346



Consolidado	2020				2019			
	CPC 06 (R2)	CPC 47	CPC 48	TOTAL	CPC 06 (R2)	CPC 47	CPC 48	TOTAL
Balço Patrimonial								
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	-	-	(11.962)	(11.962)	-	-	(14.512)	(14.512)
Créditos tributários e previdenciários	451	-	4.069	4.520	2.005	-	3.762	5.767
Imobilizado	6.145	-	-	6.145	49.841	-	-	49.841
Intangível	-	4.217	-	4.217	-	2.850	-	2.850
Ativo	6.596	4.217	(7.893)	2.920	51.846	2.850	(10.750)	43.946
Empréstimos e financiamentos (circulante)	3.355	-	-	3.355	9.515	-	-	9.515
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	3.920	-	-	3.920	42.707	-	-	42.707
Provisões para IR e CSLL	(167)	-	(1.172)	(1.339)	1.196	-	(1.172)	24
Patrimônio líquido	(512)	4.217	(6.721)	(3.016)	(1.572)	2.850	(9.578)	(8.300)
Passivo e patrimônio líquido	6.596	4.217	(7.893)	2.920	51.846	2.850	(10.750)	43.946

Consolidado	2020				2019			
	CPC 06 (R2)	CPC 47	CPC 48	TOTAL	CPC 06 (R2)	CPC 47	CPC 48	TOTAL
Demonstração do Resultado								
Despesas administrativas	(362)	1.367	-	1.005	1.075	1.737	-	2.812
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	-	2.551	2.551	-	-	1.789	1.789
Resultado Financeiro	(1.968)	-	-	(1.968)	(2.064)	-	-	(2.064)
Resultado Patrimonial	(1.628)	-	1.679	51	(956)	-	(230)	(1.186)
IR/CSLL	840	-	306	1.146	336	-	(608)	(272)
Lucro líquido	(3.118)	1.367	4.536	2.785	(1.609)	1.737	951	1.079

a) CPC emitidos e ainda não vigentes.

- CPC 50 – Contratos de Seguros (em fase de audiência pública) – Este pronunciamento virá substituir a norma vigente sobre Contratos de Seguros (CPC 11), cujo objetivo é assegurar que uma entidade represente a essência desses contratos de forma fidedigna. A adoção está prevista para 1 de janeiro de 2023. A Companhia está acompanhando as tratativas e realizará estudo para avaliar potenciais impactos pela adoção desta norma.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa.

7 Aquisição de Controladas

a) Aquisição Uniconsult

Em 4 de dezembro de 2019, a controlada direta Qualicorp Benefícios adquiriu a participação de 75% do capital social da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. (“Uniconsult”), uma empresa que estrutura e administra contratos coletivos por adesão, empresariais e odontológicos entre operadoras, entidades de classe e empresas elegíveis a este segmento.

Por meio dessa transação a Companhia passou a ser proprietária de 112.500 quotas de emissão da sociedade, onde em atendimento ao CPC 15 (R1), o valor justo da contraprestação foi de R\$21.001.

Após a aprovação da Agência Nacional de Saúde (ANS), em 24 de janeiro, esse valor foi composto por um preço pago na data do fechamento no valor de R\$ 16.735 a título de 1ª parcela (no dia 07 de fevereiro) sendo R\$16.600 referente a 80% do preço ajustado mais um bônus de R\$135, além de um montante residual de 20% no valor de R\$ 4.266 (2ª parcela) pago em 06 de abril de 2020.

A transação foi consumada em 6 de fevereiro (data da aquisição) e inclui opções de compra (pela controlada direta Qualicorp Benefícios) e venda (pelos sócios fundadores da Uniconsult, que permanecerão como executivos



responsáveis pela operação) associadas aos 25% do capital não adquiridos pela Qualicorp Benefícios neste momento, as quais serão liquidadas em dinheiro, e poderão ser exercidas após 5 anos da data de aquisição.

Essa aquisição está alinhada à estratégia da Companhia de crescimento por meio de aquisições e tem como propósito melhorar a oportunidade comercial de distribuição, onde o principal objetivo é atuar em outras praças já que a Uniconsult possui em seu Portfolio Operadoras do interior de São Paulo.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

Com base no relatório de avaliação econômico-financeira, elaborado por empresa de consultoria especializada dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios para a efetivação da compra e segregação do ágio, utilizando as demonstrações financeiras da época da aquisição para a alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation ou PPA, na sigla em inglês), chegou-se à conclusão de que o método de contabilização mais apropriado para essa aquisição é o Método de Acesso Presente, considerando que os riscos e benefícios dos 25% do capital social ainda estão com os Não Controladores.

Os ativos líquidos adquiridos de nossa participação de 75% na Uniconsult e reconhecidos na data de aquisição e após ajustes estão demonstrados abaixo:

ATIVOS LÍQUIDOS IDENTIFICADOS ADQUIRIDOS (Alocação de 75%)	UNICONSULT	VALOR JUSTO
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE JANEIRO DE 2020		
Ativos circulantes, incluindo Caixa e equivalentes de Caixa de R\$3.769	4.328	-
Ativos não circulantes	312	-
Valor justo dos ativos intangíveis – Relacionamento de Clientes (nota explicativa 14.i)	-	14.195
Total do Ativo	4.640	14.195
Passivo circulante	7.257	-
Passivo não circulante	321	
Prêmio pago para comprar Opção de Compra (Call Option)*		94
Passivo não circulante – imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o valor justo dos ativos intangíveis (Relacionamento de Clientes) e Prêmio pago para ter a opção de comprar participação remanescente – 34%	-	(4.858)
Total do Passivo	7.578	(4.764)
Patrimônio líquido	(2.939)	(2.939)
Total dos ativos líquidos identificados		6.492

*Valor ref. 75% do prêmio pago pela Companhia para ter a opção de comprar a participação remanescente de 25% dos acionistas vendedores.

Opção de Compra

Durante a alocação do preço de compra, o passivo financeiro estimado para essa opção de compra na data de aquisição foi de R\$1.856, cujo valor foi registrado na rubrica de opções para aquisição de participação de não controladores onde o método de *Black and Scholes* foi utilizado nas premissas para a realização do cálculo.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo dessa da opção é de R\$2.794, considerando uma projeção de receita líquida



entre fevereiro de 2024 e janeiro de 2025 com uma atualização monetária de 62,02% ao ano, trazida à valor presente, como sendo a melhor estimativa da Companhia para essa data-base (partindo do pressuposto de que a Companhia tem a intenção de adquirir em fevereiro de 2025 os 25% das cotas remanescentes).

A seguir, apresentamos também o preço de compra alocado e respectivo Ágio (Goodwill):

Data-base: 31/01/2020	
ALOCAÇÃO DO PREÇO DE COMPRA	
a) Preço de Compra	21.001
b) Patrimônio líquido negativo da Uniconsult (75%)	(2.939)
c) Mais (menos) valias de ativos e passivos	9.431
Relacionamento de Clientes	14.195
Prêmio pago por Opção de Compra	94
Passivo Fiscal Diferido	(4.858)
d) Ativos líquidos identificados (b + c)	6.492
a - d = Ágio (Goodwill)	14.509

O Goodwill é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Sendo assim, o ágio de R\$14.509 representa o benefício econômico futuro esperado na sinergia da combinação das operações entre Companhia e Uniconsult.

b) Aquisição Plural

A Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição de 75% de participação no capital social da Plural Saúde, administradora de benefícios e inclui opções de compra e venda pelos outros 25% que permanecem com os atuais sócios da empresa, que continuarão na direção das sociedades adquiridas.

Em contraprestação à aquisição das Quotas da Opção em cada uma das Sociedades, os Quotistas Minoritários farão jus a um preço de exercício equivalente a um montante correspondente a um múltiplo de EBITDA Ajustado das Sociedades multiplicado pela participação que as Quotas em referência representam no capital social total e votante de cada respectiva Sociedade. Essas opções poderão ser exercidas em janelas anuais, sempre no prazo de 3 meses contados a partir da Data de Definição do EBITDA Ajustado do ano imediatamente anterior. Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo das mesmas era de R\$ 15.742.

A transação foi aprovada pela ANS em 7 de dezembro, concluída em 9 de dezembro de 2020 (data de aquisição) pelo pagamento total e conjunto de um montante de R\$ 176.175 sujeito à ajuste por dívida líquida (sendo R\$ 172.695 à vista e R\$ 3.480 retido a título de passivo contingente de indenização).

Para fins da alocação dos efeitos da aquisição, a Administração da Companhia adotou o balanço de 30 de novembro de 2020 como balanço de abertura. A estimativa de alocação do valor pago/contraprestação transferida se baseou em uma avaliação dos ativos líquidos adquiridos, também elaborado por empresa de consultoria especializada, considerando o Método de Acesso Presente:



BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020	PLURAL	VALOR JUSTO
Ativos circulantes, incluindo Caixa e equivalentes de Caixa de R\$ 8.532	25.377	-
Ativos não circulantes	546	-
Valor justo dos ativos intangíveis – Relacionamento de Clientes, Marca e Acordos de Não Competição (nota explicativa 14.i)	12.706	12.706
Total do Ativo	38.629	12.706
Passivo circulante	(24.834)	-
Passivo não circulante	-	-
Passivo não circulante – imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o valor justo dos ativos intangíveis identificados	(4.320)	(4.320)
Total do Passivo	(29.154)	(4.320)
Patrimônio líquido	-	1.089
Total dos ativos líquidos identificados		9.475

Alocação do preço da contraprestação transferida, onde o ágio de R\$ 170.376 representa o benefício econômico futuro esperado pela sinergia das combinações envolvendo as operações entre Companhia e Plural:

Data-base: 30/11/2020	
ALOCAÇÃO DO PREÇO DE COMPRA	
a) Preço de Compra	178.003
b) Patrimônio líquido	1.089
c) Ativos Intangíveis Identificados	8.386
Relacionamento de Clientes	10.629
Marca	961
Acordos de Não Competição	1.116
Passivo Fiscal Diferido	(4.320)
d) Ativos líquidos identificados (b + c)	9.475
a - d = Ágio (Goodwill)	168.528

Esse ágio gerado da aquisição de 75% do capital social da Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. está atrelado, basicamente, as estratégias e informações desta aquisição descritas na nota explicativa 1.b) I., que adicionaram ao portfólio da Companhia cerca de 96 mil vidas no segmento coletivo por adesão, além de 21 novas operadoras de saúde e 79 novas entidades de classe.

Impacto da aquisição da Uniconsult e Plural nos resultados do Grupo QualiCorp

O resultado do período inclui lucro de R\$ 10.500 atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela Uniconsult e Plural. A receita operacional líquida consolidada do período inclui R\$ 35.373 referentes a Uniconsult e Plural.

Caso as combinações de negócios da Uniconsult e Plural tivessem sido efetivadas em 1º de janeiro de 2020, as receitas operacionais líquidas consolidadas da Companhia das operações continuadas seriam de aproximadamente R\$ 56.511



(não auditado) e o resultado dos doze meses findo em 31 de dezembro de 2020 seria de R\$ 1.021 (não auditado). A Administração da Companhia considera que esses valores “proforma” representam uma medida aproximada do desempenho da Companhia combinado em uma base anual e servem de ponto de referência para comparação em períodos futuros. Para fins de consolidação e controle, é considerado a data de 1º de fevereiro 2020 para a Uniconsult e 1º de dezembro de 2020 para a Plural.

Na determinação do tratamento contábil mais apropriado, a Companhia considerou o CPC 36 (R3), o CPC 39 / IAS 32 e para concluir que uma entidade que celebra um contrato que contém uma obrigação para a entidade de entregar caixa em troca de suas próprias ações deve reconhecer um passivo financeiro para refletir a opção de compra por parte da Companhia ou venda por parte dos não controladores, independentemente do contrato atender à definição de um instrumento de patrimônio. Todas as alterações subsequentes nesse passivo financeiro, que sejam decorrentes da atualização a valor justo da Opção, estão sendo reconhecidos no resultado.

A participação de não controladores deve ser analisada para avaliar se os riscos e benefícios de propriedade das quotas relacionados às opções permanecem com os acionistas não controladores ou se são riscos que foram transferidos para a controladora. Logo, o passivo financeiro inicial das transações junto à Uniconsult e Plural é uma redução do patrimônio da controladora Qualicorp Benefícios haja vista que os riscos e benefícios permaneceram com a participação não controladora, com os acionistas vendedores.

O valor que pode se tornar exigível com a opção de exercício é inicialmente reconhecido pelo valor presente do valor de resgate desse passivo financeiro com um débito correspondente diretamente no patrimônio líquido. O débito no patrimônio líquido é reconhecido separadamente como opções de venda lançadas sobre participações não controladoras.

8 Disponível

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações de liquidez imediata:				
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (a)	238.381	41	248.576	22.529
Operações compromissadas (b)	15.621	68.205	34.967	72.758
Bancos conta depósito - movimento – país	29.536	40.260	38.453	44.883
Caixa	6	7	6	7
Total	283.544	108.513	322.002	140.177

- a) Esses instrumentos financeiros são atualizados à taxa de 80,59 a 99,20% para a controladora e 75,00% a 100,00% para controlada, do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, possuindo liquidez imediata e podendo ser resgatados antecipadamente, independentemente de seus vencimentos.
- b) Refere-se às operações compromissadas com lastro em debêntures. A remuneração é com base na taxa DI de 75%. As operações foram realizadas junto ao Banco Itaú S.A, Banco BBM, Banco do Brasil e Banco Santander.



9 Aplicações Financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cotas de Fundos de Investimentos (a)	275.903	167.214	275.904	167.214
Fundo de investimento ANS (b)	20.276	19.902	31.136	25.208
Total	296.179	187.116	307.040	192.422

- a) Trata-se de aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, o valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.
- b) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.

10 Créditos de Operações Com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/ risco de inadimplência (a)	79.223	98.576	118.166	103.939
Prêmios e plano de saúde a repassar - s/ risco de inadimplência (a)	-	13.697	-	13.697
Outros créditos de operações de assistência à saúde (b)	524.447	-	556.048	-
Provisão para Perdas Sobre Créditos (b)	(48.894)	-	(51.328)	-
Total	554.776	112.273	622.886	117.636

- a) Refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Companhia nos respectivos vencimentos das faturas.



O resumo por idade dos saldos é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	562.838	41.340	624.160	41.533
Vencidos:				
Até 30 dias	31.875	54.780	38.884	58.392
De 31 a 60 dias	7.923	14.576	9.944	16.134
Acima de 60 dias (i)	1.034	1.577	1.227	1.577
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos	(48.894)	-	(51.328)	-
Total	554.776	112.273	622.886	117.636

- i. Valores de 31 de dezembro de 2020 foram substancialmente recebidos até o dia 06 de janeiro de 2021 e os valores em 31 de dezembro de 2019 foram recebidos integralmente até o dia 11 de janeiro de 2020.
- b) Em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19 foi suspenso o reajuste anual de planos de saúde. A Agência Nacional de Saúde (ANS) determinou através do comunicado n° 85 em 08 de outubro de 2020, o tratamento contábil das contraprestações a receber do período de setembro a dezembro de 2020, sendo assim a Companhia registrou uma provisão desses valores que vão se realizar ao longo de 2021, para maiores detalhes vide nota explicativa n°. 28. Considerando os meses de janeiro e fevereiro de 2021 já recebemos o montante de aproximadamente R\$ 89.000.
- c) A Empresa efetuou o reconhecimento da perda esperada com base na provisão das contraprestações registradas no ativo sobre a suspensão do reajuste, vide nota explicativa n° 1.b)iv) e 28.

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos – Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de Perdas (Reversão) (a)	48.894	406	51.328	(351)
Perdas Efetivas (Recuperações)	48.559	62.589	59.108	67.630
Saldo no fim do exercício	97.453	62.995	110.436	67.279



11 Títulos e Créditos a Receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valores a identificar - Operadoras/Seguradoras (a)	54.319	63.510	78.038	68.942
Adiantamentos de repasse de contratos (b)	-	55.007	-	55.007
Títulos a receber	5.641	332	3.202	75
Contas a Receber - Alienação Qsaúde (c)	4.087		4.087	
Outros	3.239	12.404	2.427	12.817
Total	67.286	131.253	87.754	136.841

- a) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia.
- b) Referem-se a adiantamento de repasse para as entidades de classe/operadoras. Os adiantamentos foram compensados em sua totalidade no exercício de 2020.
- c) O saldo dos Contas a receber dessa operação no Ativo não circulante está dentro do grupo Outros créditos a receber a longo prazo no montante de R\$ 28.543.

12 Partes Relacionadas

- a) Saldos e transações com empresas ou Companhias relacionadas, no consolidado:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Ativo		Passivo	
Operações Intecompany (i)	4.864	75	(5.011)	(9.646)

	31/12/2020				
	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Gama	CRC Connectmed	Demais controladas
Serviços de boletagem	408	-	-	-	(408)
Serviços corporativos e rateios (ii)	57.160	(57.160)	-	-	-
	31/12/2019				
	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Gama	CRC Connectmed	Demais controladas
Serviços de boletagem	623	-	-	-	(623)
Serviços corporativos e rateios (ii)	55.033	(53.864)	(11)	(1.158)	-

- (i) Trata-se de valores alocados em bens e títulos a receber no ativo e débitos diversos no passivo relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.



- (ii) Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas da Companhia (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	345	11.824	967	10.225
Remuneração baseada em ações	-	26.707	-	18.896
Saldo	345	38.531	967	29.121

(*) A despesa com remuneração, para os diretores e empregados, é constituída de parte fixa e variável, com base em performance e metas globais anuais.

13 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019
Participações societárias:				
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.	179.227	-	-	-
Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	62.440	39.972	-	-
Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda.	22.277	-	-	-
Qsaúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.	-	12.464	-	-
Total de participações societárias	263.944	52.436	-	-
Outros investimentos:	33	33	33	33
Total outros investimentos	33	33	33	33
Total dos investimentos	263.977	52.469	33	33



	Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda	Qsaúde Operadora de Plano de Saúde Ltda.	Total
Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2020:					
Capital social	2.140	39.002	150	-	41.292
Patrimônio líquido	3.085	63.192	21	-	66.298
Lucro (prejuízo) do exercício	1.633	20.270	8.866	(10.906)	19.863
Informações sobre os investimentos:					
Quantidade de cotas	174	35.538	113	-	35.824
Participação - %	75%	98,81%	75%	80%	
Movimentação do investimento:					
Total do investimento em 31 de dezembro de 2019:	-	39.972	-	12.464	52.436
Aumento de capital em controladas	-	-	-	19.501	19.501
Transação de capital entre sócios	-	2.262	-	-	2.262
Aquisição de controlada (i)	178.002	-	20.906	-	198.908
Distribuição de dividendos	-	-	(4.900)	-	(4.900)
Ganho por dividendos desproporcionais	-	-	92	-	92
Ajustes investimentos	-	-	1.114	-	1.114
Alienação de controlada (ii)	-	-	-	(23.240)	(23.240)
Equivalência patrimonial	1.225	20.206	5.065	(8.725)	17.771
Equivalência patrimonial sobre participações societárias	1.225	20.206	6.650	(8.725)	19.356
Amortização do intangível (iii)	-	-	(2.602)	-	(2.602)
IR/CS diferido sobre amortização do intangível	-	-	1.017	-	1.017
Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2020:	179.227	62.440	22.277	-	263.944

- i. Para as controladas Uniconsult e Plural, considera o resultado no período após aquisição.
- ii. Refere-se a alienação da ex controlada Qsaúde, conforme nota explicativa nº 1 II).
- iii. Refere-se à amortização dos intangíveis referentes a relacionamento de clientes, marcas, contrato de não competição e software do período.



Abaixo o quadro de apresentação da movimentação de 31 de dezembro de 2019:

	Qsaúde Operadora de Plano de Saúde Ltda.	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (Reapresentado)	Total
Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2019:			
Capital social	35.560	38.538	
Patrimônio líquido	12.464	40.829	
Lucro (prejuízo) do exercício	(21.551)	16.719	
Informações sobre os investimentos:			
Quantidade de cotas	35.560	35.538	
Participação - %	80%	100%	
<u>Movimentação do investimento:</u>			
Total do investimento em 31 de dezembro de 2018:	5.335	23.253	28.588
Aumento de capital em controladas	28.680	-	28.680
Equivalência patrimonial	(21.551)	16.719	(4.832)
Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2019:	12.464	39.972	52.436



14 Intangível

Controladora	Taxa anual de amortização %	Custo					Amortização				Saldo Líquido
		Saldo em 31/12/2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020	
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A	-	249.420	-	-	-	249.420	-	-	-	-	249.420
Grupo Padrão	-	136.653	-	-	-	136.653	-	-	-	-	136.653
Total ágrio		386.073	-	-	-	386.073	-	-	-	-	386.073
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades	20	211.556	30.800	-	-	242.356	(166.706)	(28.050)	-	(194.756)	47.600
Softwares em uso	20	199.433	3.169	5.672	(5.200)	203.074	(146.378)	(30.400)	3.943	(172.835)	30.239
Direito de exclusividade	20	36.540	4.500	-	-	41.040	(36.309)	(895)	-	(37.204)	3.836
Software em desenvolvimento	-	7.162	11.194	(5.672)	(3)	12.681	-	-	-	-	12.681
Acordo de não competição	20	1.000	3.280	-	-	4.280	(744)	(528)	-	(1.273)	3.008
Total outros ativos intangíveis		455.691	52.943	-	(5.203)	503.431	(350.137)	(59.873)	3.943	(406.067)	97.364
Total ativos intangíveis		841.764	52.943	-	(5.203)	889.504	(350.137)	(59.873)	3.943	(406.067)	483.437



Consolidado	Taxa anual de amortização - %	Custo				Amortização				Saldo Líquido	
		Saldo	Adições	Baixas	Transferências	Saldo	Saldo	Adições	Baixas		Saldo
		em 31/12/2019				em 31/12/2020					em 31/12/2019
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A, empresa incorporada (a)		249.420	-	-	-	249.420	-	-	-	-	249.420
Grupo Padrão, incorporada (a)		136.653	-	-	-	136.653	-	-	-	-	136.653
Uniconsult administradora de Benefícios Ltda. (a)		-	14.509	-	-	14.509	-	-	-	-	14.509
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. (a)		-	168.528	-	-	168.528	-	-	-	-	168.528
Total ágio		386.073	184.885	-	-	570.958	-	-	-	-	-
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades (b)	20	227.224	44.043	-	-	271.267	(182.374)	(28.295)	-	(210.669)	60.598
Softwares em uso (c)	20	199.965	3.413	(5.947)	6.028	203.459	(146.408)	(30.663)	4.227	(172.844)	30.615
Direito de exclusividade (d)		36.540	4.500	-	-	41.040	(36.309)	(895)	-	(37.204)	9.836
Software em desenvolvimento (e)	-	13.520	14.419	(9.586)	(6.028)	12.325	-	-	-	-	12.325
Valor justo dos ativos intangíveis:											
Relacionamento com clientes pago na aquisição de investimentos (f)	10	-	14.195	-	-	14.195	-	(2.602)	-	(2.602)	11.593
Valor justo dos ativos intangíveis – Outros ativos:											
Acordo de não competição (g)	20	8.198	3.280	-	-	11.478	(3.984)	(1.969)	-	(5.953)	4.525
Valor justo de outros ativos intangíveis Plural											
Não competição (h)	30	-	1.116	-	-	1.116	-	-	-	-	1.116
Marcas (h)	20	-	961	-	-	961	-	-	-	-	961
Relacionamento com clientes pago na aquisição de investimentos. (h)	10	-	4.762	-	-	4.762	-	-	-	-	4.762
Total outros ativos intangíveis		871.520	273.726	(15.533)	-	1.129.713	(369.075)	(64.424)	4.227	(429.272)	700.441

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior, Magnus Monteiro De Oliveira Junior e Magnus Monteiro De Oliveira Junior. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código DD53-A049-F94F-83B6.



Controladora	Taxa anual de amortização %	Custo				Amortização				Saldo Líquido	
		Saldo em 31/12/2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas		Saldo em 31/12/2019
Ágio na aquisição de investimentos		386.073	-	-	-	386.073	-	-	-	-	386.073
Total ágio		386.073	-	-	-	386.073	-	-	-	-	386.073
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades	20	198.923	12.632	--	-	211.555	(141.820)	(24.885)	-	(166.705)	44.850
Softwares em uso	20	196.004	3.155	275	-	199.434	(110.353)	(36.025)	-	(146.378)	53.056
Direito de exclusividade	20	36.540	-	-	-	36.540	(35.114)	(1.195)	-	(36.309)	231
Software em desenvolvimento	-	562	7.368	(275)	(494)	7.161	-	-	-	-	7.161
Acordo de não competição	20	1.000	-	-	-	1.000	(411)	(333)	-	(744)	256
Total outros ativos intangíveis		433.029	23.155	-	(494)	455.690	(287.698)	(62.438)	-	(350.136)	105.554
Total ativos intangíveis		819.102	23.155	-	(494)	841.763	(287.698)	(62.438)	-	(350.136)	491.627

	Taxa anual de amortização %	Custo					Amortização				
		Saldo em 31/12/2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo Líquido
Consolidado											
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A		249.420	-	-	-	249.420	-	-	-	-	249.420
Grupo Padrão		136.653	-	-	-	136.653	-	-	-	-	136.653
Total ágio		386.073	-	-	-	386.073	-	-	-	-	386.073
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades	20	214.592	12.632	-	-	227.224	(155.401)	(26.973)	-	(182.374)	44.850
Softwares em uso	20	196.004	3.662	299	-	199.965	(110.353)	(36.056)	-	(146.409)	53.556
Direito de exclusividade	20	36.540	-	-	-	36.540	(35.113)	(1.195)	-	(36.308)	232
Software em desenvolvimento	-	587	13.726	(299)	(494)	13.520	-	-	-	-	13.520
Acordo de não competição	20	8.198	-	-	-	8.198	(2.211)	(1.773)	-	(3.984)	4.214
Total outros ativos intangíveis		455.921	30.020	-	(494)	485.447	(303.078)	(65.997)	-	(369.075)	116.372
Total ativos intangíveis		841.994	30.020	-	(494)	871.520	(303.078)	(65.997)	-	(369.075)	502.445

(a) Teste de perda por redução ao valor recuperável

A Companhia realizou testes do valor recuperável do ágio, alocados à UGC (unidade geradora de caixa) do segmento de Afinidades, calculando o valor em uso por projeções de fluxo de caixa futuro descontado, para um período de 10 anos, utilizando as seguintes premissas:

PREMISSAS UGC AFINIDADES	
Receitas	Para o exercício de 2021, as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia. Para os exercícios entre 2022 e 2030, foram considerados os fatores de crescimento das receitas apurados baseando-se em projeções de crescimento do mercado na área de comercialização e administração de planos de saúde coletivos e serviços em saúde.
Despesas	Para o exercício de 2021 as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia. As despesas fixas, que são aquelas que não crescem proporcionalmente às Receitas, tais como folha de pagamento (despesas com pessoal), serviços de terceiros e despesas de ocupação decorrente de aluguéis, entre outras, consideradas na projeção de 2022 a 2030, foram estimadas com base no crescimento equivalente à inflação projetada no período.
Tributos	Os tributos sobre o lucro foram calculados com base no EBT (Earnings Before Taxes), descontando-se as despesas não dedutíveis e as receitas não tributáveis, derivadas do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real).
Taxa de desconto	Os fluxos de caixa foram descontados com taxa de 15,8% a.a. antes dos impostos e taxa de 12,0% a.a. após impostos levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).
Perpetuidade	A Companhia considerou um crescimento nominal de 3,3% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo.
Fontes	O trabalho foi realizado com base em fontes de informações econômicas, publicadas pelo Banco Central do Brasil, IPEA e Bloomberg, informações operacionais da Companhia, além das informações financeiras publicadas pela mesma.

(b) Referem-se aos contratos de cessão de direitos e obrigações realizados até a presente data. Em 2020 ocorreram:

- I. Em 12 de junho de 2020, foi firmado um contrato de cessão e transferências de direitos e obrigações e outras avenças entre a Companhia, junto a Clube Care Brasil Administradora de Benefícios Ltda. e Clube Care Assessoria Comercial Ltda., no montante de R\$ 20.000. O prazo de amortização desse ativo intangível é de 60 meses.
- II. No consolidado refere-se a contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações outras avenças entre a controlada Clube de Saúde e a Health Administradora de Benefícios e Divicom Administradora de Benefícios celebrado em 8 de outubro de 2020 no montante R\$ 7.376. O mesmo será amortizado pelo período de 60 meses, o qual coincide com o prazo de vigência do contrato.
- III. Em 8 de dezembro de 2020, foi firmado o contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações e outras avenças entre a Companhia e a Muito Mais Saúde Administradora de Benefícios, no montante R\$ 17.600. O mesmo será amortizado pelo período de 60 meses, o qual coincide com o prazo de vigência do contrato

(c) Refere-se a gastos com a aquisição de licenciamentos de softwares e softwares operacionais em uso.

(d) Em 15 de janeiro de 2020, foi firmado o aditivo do contrato de exclusividade e outras avenças entre a Companhia e a APM – Associação Paulista de Medicina no montante de R\$ 4.500. O mesmo será amortizado pelo período de 60 meses, prazo e vigência do contrato.

(e) Para os valores de baixa, refere-se substancialmente à alienação da Qsaúde.

(f) Valores de relacionamento com clientes pago na aquisição de investimento. Para adição de 2020, refere-se aquisição da controlada Uniconsult Administradora de Benefícios no montante líquido de R\$ 11.592

(g) Em 9 de dezembro de 2020, foi firmado acordo de não competição com ex-executivos, no valor de R\$ 3.280, que será amortizado pelo período de 12 meses, o qual coincide com prazo de duração do contrato.

(h) Refere-se a aquisição da Plural, conforme a nota explicativa 7 – Item b.



15 Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde (a)	456.870	-	483.221	-
Prêmios e planos de saúde a repassar - com e sem risco de inadimplência (b)	157.778	148.843	183.689	149.146
Receita Antecipada de Contraprestações /Prêmios	69.343	77.878	82.016	82.815
Outros	27.518	17.440	29.008	18.581
Total	711.509	244.161	777.934	250.542

- a) Refere-se a provisão do reajuste anual sobre faturas de planos e seguro-saúde a serem pagas às seguradoras/operadoras, o reajuste foi suspenso em 2020 pela Agência Nacional da Saúde devido a pandemia/ Covid 19, conforme descrito na nota explicativa nº 1.IV). Considerando os meses de janeiro e fevereiro de 2021 no consolidado já pagamos o montante de aproximadamente R\$ R\$ 68.543
- b) Referem-se às faturas de planos e seguro-saúde, a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram efetuados substancialmente até 31 de janeiro de 2021 para os valores de dezembro de 2020 e 31 de janeiro de 2020 para os valores de dezembro de 2019.

16 Empréstimos e Financiamentos a Pagar

Debentures

As debêntures emitidas pela Companhia no âmbito da emissão possuem as seguintes características:

Quantidade/Espécie

Debêntures	Quantidade	Valor nominal unitário	Vigência	Remuneração	Fiador
4ª emissão (ii)	290.000	1.000	28/06/2019 a 28/06/2023	100% do CDI + "spread" 1,15% a.a.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A

Nova Emissão: Em 26 de junho de 2019, a Qualicorp Benefícios (4ª emissão) firmou instrumento particular, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, essa emissão foi aprovada em AGE realizadas na mesma data.

O valor nominal unitário das debêntures foi de R\$1, sendo emitidas 290.000 (duzentos e noventa mil), no montante de R\$290.000. A captação destes recursos ocorreu em 22 de julho de 2019.

As emissões possuem como principais características:



Garantias:

O fiador da operação está descrito no quadro anterior, adicionalmente, há garantias relativas à constituição de penhor e/ou a alienação fiduciária das ações de emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., de propriedade da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

Resgate Antecipado Facultativo total:

Foi acordado nessas emissões que resgate antecipado facultativo a Companhia poderá, a seu exclusivo critério atendendo ao disposto no artigo 55 da Lei das S/A, a qualquer tempo realizar o resgate antecipado das debêntures. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido de prêmio, conforme Escritura de Emissão de Debêntures.

Amortização Extraordinária Facultativa:

Foi acordado nessas emissões que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo realizar a amortização extraordinária facultativa das debêntures acrescido de prêmio, conforme condições das escrituras de Emissões de Debêntures.

Vencimento antecipado:

Poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta emissão e exigir o imediato pagamento pelas emissoras do saldo do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada “pro rata temporis”, desde a data de emissão ou a data de vencimento do último período de capitalização, ou seja, a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência, entre outras, das seguintes hipóteses:

- a) Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária da emissora e/ou de sua(s) controladora(s), inclusive Oferta Pública de Ações), se os atuais acionistas não mantiverem o controle da emissora, por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de, pelo menos, 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver o controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de, pelo menos, 35,0% das ações com o direito a voto da emissora e, cumulativamente, os atuais acionistas deixarem de exercer o controle da emissora; e
- b) Adicionalmente, a Companhia possui certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados às debêntures, os quais, caso não sejam cumpridos, podem acarretar a liquidação antecipada.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia está cumprindo com os limites requeridos das cláusulas acima e demais compromissos contidos no contrato.

Finalidade:

Reforço de caixa e/ou capital de giro adicionado pelo alongamento de passivo financeiro.



Composição da dívida:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures parcela única	-	-
Remuneração a pagar	4.377	8.509
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	(434)	(434)
Circulante	3.943	8.075
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	(651)	(1.085)
Debêntures parcela única	290.000	290.000
Não circulante	289.349	288.915
Total	293.292	296.990

Movimentação das debêntures

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	296.990	352.719
Pagamento Debêntures parcela única	-	(350.000)
Emissão novas debentures	-	290.000
Apropriação de despesas (custos na captação) 4ª Emissão	434	1.259
Custo de emissão de novas debêntures	-	(3.031)
Apropriação de despesas (custos na captação)	-	1.512
Pagamento de juros	(15.469)	(18.708)
Apropriação de juros	11.337	23.239
Saldo no final do período	293.292	296.990

Valor Justo das Debentures

Os valores contábeis e o valor justo de debentures não circulantes são os seguintes:

31/12/2020			31/12/2019		
Valor contábil	Valor Justo	Diferença	Valor contábil	Valor Justo	Diferença
293.292	277.068	(16.224)	296.990	291.578	(5.412)

Os valores justos das debêntures baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se taxas de risco entre 4,55% a 6,59% para 2020 e 5,85% e 6,96% para 2019.



17 Débitos Diversos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Circulante:				
Aquisição de intangível a pagar (a)	20.092	2.095	22.083	2.095
Valores Identificar Seguradoras/Operadoras (b)	15.512	13.786	15.602	13.843
Obrigação com Pessoal	8.632	8.003	10.379	9.409
Fornecedores Diversos	6.509	8.547	6.804	9.593
Reembolso de despesas a pagar	5.011	5.799	5.599	7.799
Depósitos não identificados (c)	3.643	5.312	3.670	3.357
Aporte de sinistralidade	-	14.761	-	14.761
Outros	10.063	8.715	10.493	12.042
Total circulante	69.462	67.018	74.630	72.899
Não Circulante:				
Opção de compra (d)	45.041	-	45.041	-
Aquisição de Intangível a Pagar	3.650	200	3.650	3.650
Valores Retidos para Indenização - LP	3.480	-	3.480	-
Seguros a pagar	3.268	3.268	3.268	3.268
Total não circulante	55.439	3.468	55.439	6.968
Total Geral	124.900	70.486	130.069	79.867

- (a) Refere-se ao contrato de cessão de direitos, conforme item b III da nota explicativa 14.
- (b) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia.
- (c) O saldo refere-se, substancialmente, a depósitos de levantamentos judiciais não identificados pelos escritórios.
- (d) Refere-se à atualização monetária de compra das empresas Uniconsult e Plural. Para maiores detalhes ver nota explicativa 7.

18 Provisão Para Ações Judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, tributárias e de sinistralidade, para as quais, com base na opinião e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis (a)	28.929	23.389	32.077	23.782
Regulatório - ANS (b)	20.997	12.439	22.100	13.454
Trabalhistas e previdenciárias (c)	5.916	3.751	7.189	3.751
Tributárias (d)	-	-	4.637	-
Total	55.842	39.579	66.004	40.987

O quadro a seguir apresenta a movimentação dessas provisões para os períodos indicados, no consolidado:

Consolidado	31/12/2019	Adições	Reversões	31/12/2020
Cíveis (a)	23.782	13.534	(5.239)	32.077
Regulatório - ANS (b)	13.454	11.478	(2.832)	22.100
Trabalhistas e previdenciárias (c)	3.751	5.269	(1.831)	7.189
Tributárias (d)	-	4.636	-	4.636
Total	40.987	34.917	(9.902)	66.004

	31/12/2018	Adições	Reversões	31/12/2019
Cíveis	21.714	9.214	(7.146)	23.782
Regulatório – ANS	13.830	8.661	(9.037)	13.454
Trabalhistas e previdenciárias	1.093	3.493	(835)	3.751
Total	36.637	21.368	(17018)	40.987

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2020:

- a) A Companhia é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$28.929 e R\$32.077 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$23.389 e R\$23.782 em 2019 na controladora e consolidado, respectivamente), estimado provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão para contingências. E avaliados como possível o desembolso de caixa R\$40.865 e R\$41.903 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$40.618 e R\$41.657 em 2019 na controladora e no consolidado, respectivamente) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) exigência de coberturas de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS, cuja responsabilidade recai, única e exclusivamente, sobre as operadoras de planos de assistência à saúde, conforme legislação em vigor; (ii) questionamento sobre a aplicação do reajuste de preço do plano de saúde por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual do indivíduo; (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; (iv) reajuste anual e (v) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança junto ao Serasa de mensalidades em atraso não quitadas. Em 2020, o aumento ocorreu devido mudança em relação a forma de estimar essa provisão conforme descrito nas notas explicativas 3 XIV e 4 b).
- b) A Companhia é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$20.997 e R\$22.100 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$12.439 e R\$13.454 em 2019, na controladora e consolidado, respectivamente) avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R\$3.558 e R\$3.933 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$18.429 e R\$18.574 em 2019 na controladora e no consolidado, respectivamente) avaliados como perda possível, para os quais, não foram constituídas provisões. A variação dessas provisões em relação ao ano anterior é substancialmente pelo fato da Companhia revisar os recolhimentos de INSS e FGTS.



- c) A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. Além das reclamações trabalhistas, constituímos provisão para divergências de recolhimentos de valores relativos a INSS e FGTS, cuja discussão encontra-se na esfera administrativa. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$5.916 e R\$ 7.189 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$3.751 em 2019 Controladora e Consolidado). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$3.255 Controladora e Consolidado (R\$4.563 em 2019 Controladora e Consolidado), não foram constituídas provisões.
- d) A Companhia é parte passiva em processos tributários em andamento. Entretanto, importante observar que (i) para o ano-calendário de 2019, não foram constituídas provisões considerando o montante de R\$0 avaliado como perda provável e possível na controladora e consolidado, e (ii) para o ano-calendário de 2020, também não foi constituída provisão considerando o montante de R\$0 na controladora avaliado como perda provável e possível. No consolidado, verifica-se o montante de R\$4.636, referente às controladas Uniconsult e Plural.

Contingência tributária sob auto de infração classificadas como possível:

A Companhia possui passivos contingentes de natureza tributária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, razão pela qual não foram constituídas provisões.

Esses passivos contingentes de natureza tributária, acrescidos de juros e atualização monetária, totalizam R\$ 645.947 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 630.821 em 2019), conforme detalhado a seguir:

- a. O valor total de R\$ 117.558 refere-se a autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos ao ano-calendário de 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício qualificada no percentual de 150% e multa isolada, envolvendo a amortização fiscal de ágio. Esses autos de infração estão pendentes de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia;
- b. O valor total de R\$ 391.300 refere-se a autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, relativos aos anos-calendários de 2012 a 2014, cumulados com juros de mora, multa de ofício qualificada no percentual de 150% e multa isolada, envolvendo a amortização fiscal de ágio. Esses autos de infração estão pendentes de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia;
- c. O valor total de R\$ 3.017 refere-se a auto de Infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao ano-calendário de 2009, cancelado no mês de novembro de 2020 por decisão de primeira instância administrativa;
- d. O valor total de R\$ 2.783 refere-se a autos de infração lavrados contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucédida pela Companhia) para a exigência de contribuições previdenciárias relativamente a distribuições de dividendos realizadas de 12/2012 a 12/2014, acrescidas de juros de mora e de multa de ofício qualificada, entendidas como remuneração pela Receita Federal;
- e. O valor total de R\$ 42.711 refere-se a autos de infração lavrados contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucédida pela Companhia) para a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e da Contribuição para o PIS/PASEP ("PIS"), relativas aos períodos de dezembro de 2012, janeiro a dezembro de 2013 e janeiro a dezembro de 2014, cumuladas com multa de ofício qualificada e juros de mora;
- f. O valor total de R\$ 6.810 refere-se a auto de infração lavrado contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucédida pela Companhia) para a exigência de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") e de multa proporcional e juros exigidos isoladamente, relativos aos períodos de dezembro/2012 a dezembro/2014;
- g. O valor total de R\$ 76.791 refere-se a autos de infração lavrados contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucédida pela Companhia) para a cobrança de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2013 e 2014, cumulados com multa de ofício qualificada e juros de mora;
- h. O valor total de R\$ 3.551 refere-se a Auto de infração lavrado em 31/10/2019, por meio do qual foi constituído crédito tributário referente a contribuições previdenciárias (cota patronal e SAT/RAT) relativas ao ano-



- calendário de 2015, cumuladas com juros de mora e multa de ofício, relativamente a programa de outorga de opção de compra de ações; e
- i. O valor total de R\$ 925 refere-se a auto de infração lavrado em 31/10/2019, por meio do qual foi constituído crédito tributário referente a contribuições para outras entidades e fundos, mais comumente denominadas “contribuições de terceiros” (SENAC, SESC, SEBRAE, INCRA e Salário-Educação) relativas ao ano-calendário de 2015, cumuladas com juros de mora e multa de ofício, relativamente a programa de outorga de opção de compra de ações; e
 - j. O saldo residual de R\$ 501 está pulverizado em dois processos sobre a não incidência de contribuições previdenciárias sobre rubricas da folha de pagamentos desprovidas de natureza remuneratória.

19 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social da Companhia é de R\$276.366, representado por 496.715.989 ações ordinárias.

A participação dos acionistas no capital social da Companhia é 496.715.989 ações ordinárias (496.715.989 ações em 31 de dezembro de 2019):

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

O dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia.

A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

Destinação do Lucro Líquido	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	388.099	369.291
Antecipação de dividendos intercalares no exercício	-	(313.678)
% dos dividendos intercalares sobre o Lucro Líquido do exercício	1%	85%
Complemento dividendo mínimo obrigatório	3.881	-
Dividendo proposto a pagar	384.218 (a)	74.198

- a) A destinação será referenda pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que será realizada até 30 de abril de 2021, e estão demonstrados na rubrica “Dividendo Proposto”. Quanto ao valor proposto a pagar de 2019 a Companhia definirá com Diretoria como procederá a retenção e não distribuição ao longo de 2020 já aprovado em AGO realizada em 2020.

Reserva legal

Conforme estabelece o Estatuto Social, a Companhia deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 o saldo é de R\$ 55.273 pois atingiu o índice de 20%.

Reserva de Capital – Opções de Compra e Venda relacionadas a participação de Não Controladores

Como os riscos e benefícios das aquisições envolvendo Uniconsult e Plural ainda permanecem com os não controladores, o passivo financeiro reconhecido como opção de compra para a aquisição dessas participações reduz



na essência sobre a forma a participação de controle do patrimônio líquido da Companhia, devendo assim ser registrado como um componente separado do mesmo.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor das opções de compra dos não controladores é de R\$ 44.103, registradas como redutora do patrimônio líquido, incluído nesse montante o valor de R\$2.745 de Opção de Compra firmada com acionista minoritário da Clube de Saúde, referente aquisição de carteira de clientes da Health Administradora de Benefícios.

20 Despesas Por Natureza

A demonstração do resultado é apresentada por função. Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Representado)	31/12/2020	31/12/2019 (Representado)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde				
Repasses financeiros de contratos de adesão (a)	97.019	80.238	103.926	84.535
Outros custos de serviços prestados	11	61	617	304
Aporte de sinistralidade (b)	13.687	22.643	13.687	22.643
Despesas Judiciais	14.098	1.014	14.272	1.689
Serviços de cobrança e emissão de boletos (c)	407	623	1.080	623
Total Outras despesas de Operações de Planos de Assistência à saúde	125.222	104.579	133.582	109.794
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Despesas de comercialização				
Gastos com comercialização plural	-	-	321	-
Comissão de Terceiros	47	4.955	46	4.955
Comissão de Terceiros (Co-corretagem)	2.487	3.097	2.487	3.097
Provisão Comissão	1.658	1.190	1.658	1.190
Comissão de Terceiros (Vitalício)	15.146	16.847	19.770	16.847
Despesas de comercialização	19.338	26.089	24.282	26.089



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Despesas Administrativas				
Gastos com pessoal	138.755	132.334	151.473	143.757
Gastos com serviços de terceiros (d)	107.663	100.264	113.889	112.749
Depreciações e amortizações (e)	63.323	64.507	65.160	68.334
Processos Judiciais	19.421	27.807	19.942	29.906
Auto de infração ANS	10.843	40.956	12.445	43.061
Gastos com localização e funcionamento	8.736	8.839	12.031	10.288
Gastos com publicidade e propaganda	8.337	7.295	9.228	8.811
Outras despesas administrativas (f)	26.644	33.443	28.245	34.039
Total de despesas administrativas	383.722	415.445	412.413	450.945
Total despesas por natureza	528.282	546.113	570.277	586.830

- Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão
- Refere-se a contrato de aporte de sinistralidade firmado junto as operadoras.
- Refere-se a prestação de serviços de cobrança e emissão de boletos para os usuários de planos de saúde vinculados à Companhia realizada pela Qualicorp Administração e Serviços Ltda.
- Refere-se, substancialmente, a serviços de “call center”, consultoria, advogados, auditoria, “service desk” e logística.
- Refere-se, substancialmente, a amortização dos contratos de cessão de direitos e obrigações.
- Refere-se, substancialmente, a despesas com correios, aluguéis e condomínios e taxas e contribuições (ANAB-Associação Nacional das Administradoras de Benefícios).



21 Resultado Financeiro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:				
Juros e multa sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)	25.545	26.490	27.245	28.018
Rendimentos com aplicações financeiras	14.759	25.588	15.914	27.423
Outras receitas	1.277	1.998	2.356	2.000
Total de receitas financeiras	41.581	54.076	45.515	57.441
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(18.315)	(18.272)	(23.796)	(22.724)
Atualização monetária sobre debêntures (nota explicativa nº16)	(11.336)	(23.239)	(11.336)	(23.239)
Descontos concedidos	(8.024)	(11.016)	(8.272)	(11.349)
Desvalorização de Cotas de Fundo de Investimento (b)	(7.557)	-	(7.557)	-
Despesas com impostos	(3.701)	(1.849)	(4.259)	(1.874)
Outros	(1.721)	(2.717)	(1.784)	(2.353)
Total de despesas financeiras	(50.654)	(57.092)	(57.004)	(61.539)
Resultado financeiro	(9.073)	(3.016)	(11.489)	(4.098)

- a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Companhia e sua controlada nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.
- b) Refere-se a perda de marcação ao mercado de Fundo exclusivo e seus papéis.



22 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado em 31/12/2020	Acumulado em 31/12/2019 Reapresentado	Acumulado em 31/12/2020	Acumulado em 31/12/2019 Reapresentado
Resultado Antes dos Impostos e Participações	573.403	567.443	588.156	573.555
Participações sobre o Lucro	(6.200)	(5.555)	(6.378)	(5.634)
Equivalência patrimonial	(29.554)	5.932	-	-
Subtotal	537.649	567.820	581.778	567.920
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa (crédito) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(182.801)	(192.401)	(197.805)	(192.435)
Constituição de Diferido – BC Uniconsult	(5.077)	-	(5.077)	-
Despesas Pré-Operacionais (ii)	-	-	(2.821)	(7.853)
Despesas não dedutíveis – outras	(1.354)	(2.549)	(1.485)	(2.956)
(Constituição)/reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário	-	-	(415)	(513)
Prejuízo fiscal sem constituição de crédito tributário (i)	-	-	1.756	2.022
Incentivo fiscal	2.382	135	2.390	414
Recuperações de Perdas	3.340	-	3.380	-
Resultado de venda Qsaúde	3.768	-	3.768	-
Constituição de Diferido – Clube de Saúde	-	-	3.826	-
JCP	-	4.307	-	4.307
Outros	638	(1.421)	1.493	(1.580)
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(179.104)	(192.587)	(190.990)	(198.628)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	33,31%	33,92%	32,83%	34,97%

i) Refere-se substancialmente ao fato de algumas das controladas diretas e indiretas da Companhia possuírem prejuízos fiscais e base negativa acumulada, para os quais não foram constituídos créditos tributários diferidos, pois até a presente data não haviam reunido condições de geração de lucros tributáveis que permitissem a contabilização de créditos tributários.

ii) Em 2019, referem-se às despesas pré-operacionais da Qsaúde Operadora de Planos de Saúde Ltda e que foram tratadas e apuradas na alienação conforme nota explicativa nº 1 b.ii).

23 Informações Sobre o Segmento

a) Descrição dos serviços que são responsáveis pelas receitas do segmento.

A Companhia e sua controlada são responsáveis pela gestão e administração dos benefícios coletivos por adesão relacionados aos planos de saúde e/ou odontológicos, nas quais as principais atividades desempenhadas são: a reunião de pessoas jurídicas contratantes; contratação de plano privado de assistência à saúde coletivo, na condição de estipulante ou administrador, a ser disponibilizado para as pessoas jurídicas legitimadas para contratar; oferecimento de planos para associados das pessoas jurídicas contratantes; apoio técnico na discussão de aspectos operacionais; apoio à área de recursos humanos na gestão de benefícios do plano; terceirização de serviços administrativos; movimentação cadastral; conferência de faturas; cobrança ao



beneficiário por delegação; consultoria para prospectar o mercado, sugerir desenho de plano e modelo de gestão.

b) Mensuração de lucro, ativos e passivos por segmento operacional

As práticas contábeis do Segmento Afinidades são as mesmas descritas na nota explicativa nº 3. A Companhia avalia o desempenho do segmento reportável com base no lucro antes dos juros, resultado financeiro, depreciação, amortização e provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Não faz parte do resultado por segmento as provisões para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatório, e as despesas administrativas compartilhadas não são alocadas aos segmentos.

c) Fatores utilizados pela Administração para identificar o segmento

O Segmento Afinidades é a unidade de negócio que concentra 93,14% do resultado da Companhia.

Esta unidade, no Grupo Qualicorp, é gerenciada separadamente dentro do modelo de gestão utilizado pelos administradores da Companhia.

O Segmento Afinidades utiliza a maior parte dos recursos da Companhia, como por exemplo, movimentação cadastral dos beneficiários juntos às operadoras/seguradoras, faturamento e cobrança dos benefícios, baixa dos recebimentos e quitação das faturas e dos repasses financeiros às entidades de classe, etc. Todas as receitas e despesas diretas dos segmentos são identificadas no Sistema ERP – SAP S/4 Hana Hec, que possui arquitetura de centro de custos elaborada exclusivamente para a identificação dos segmentos e demais despesas não alocadas.

d) Informações geográficas do segmento reportado - consolidado

A Companhia possui todas as suas atividades no mercado interno e segmento afinidades apresenta a distribuição do seu faturamento líquido de cancelamentos nas seguintes unidades federativas:

Segmentação Regionalizado (Consolidado)	31/12/2020		31/12/2019	
	Vidas	% Partic. Mercado	Vidas	% Partic. Mercado
Sudeste	1.017.204	63,48%	887.566	68,01%
Nordeste	338.483	21,12%	258.967	19,84%
Sul	85.522	5,34%	65.674	5,03%
Norte	82.310	5,14%	26.847	2,06%
Centro Oeste	78.789	4,92%	65.930	5,05%
Total do segmento Afinidades	1.602.308	100,00%	1.304.984	100,00%

e) Informações sobre os principais clientes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os principais clientes do segmento Afinidades originaram faturamentos de R\$142.806, R\$131.233 e R\$117.901 o que corresponde a uma participação de 6,96%, 6,39% e 5,74% sobre o faturamento do segmento e 6,48%, 5,95% e 5,35% sobre o faturamento consolidado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os principais clientes do segmento Afinidades originaram faturamentos de R\$ 123.578, R\$ 118.056 e R\$116.135 o que corresponde a uma participação de 6,36%, 6,11% e 5,90% sobre o faturamento do segmento Afinidades.



24 Programa de Ações Restritas

O Grupo Qualicorp possui programa de outorga ações e ações restritas. São elegíveis a esse plano os administradores, empregados e prestadores de serviços. O plano é administrado pelo Conselho de Administração de sua controladora, que tem poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas.

Em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2018, a Companhia aprovou um plano de entrega ações restritas, o qual também é administrado pelo Conselho de Administração com poderes de tomar as medidas necessárias à sua manutenção dentro das diretrizes aprovadas.

Em contrato celebrado em 9 de maio de 2019 o novo plano absorveu a outorga de 5.700.000 opções, nos termos do instrumento particular de entrega de ações (“Plano de entrega de ações restritas”).

As principais características do novo plano são as seguintes:

- As ações restritas passarão a ser devida aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração, na proporção de 25% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato;
- O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações da Companhia, equivalentes a 11.287.073 ações em 31 de março de 2019, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria.
- O prazo máximo para o exercício das opções outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção.
- As ações poderão ser entregues como parte do Pagamento da participação do resultados e lucros da Companhia; e
- O preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S. A no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga.

Em contrato celebrado em 26 de dezembro de 2019, foi constituída uma nova outorga de 516.000 ações restritas aos novos membros da administração da Companhia, nas mesmas características do plano outorgado em 9 de maio de 2019, com exceção do item a. cujo percentual foi de 33%.

Em 2020 entregamos as ações restritas relativas a 1ª tranche dos planos outorgados aos executivos da Companhia. Além disso, entregamos ações antecipadas a executivos em virtude do desligamento dos mesmos, cumprindo cláusula de pagamento antecipado dos contratos assinados com os executivos.

Em 31 de dezembro de 2020, foram alocadas despesas de apropriação de ações restritas outorgadas pela Companhia no montante total de R\$31.670 alocados no patrimônio líquido (R\$20.801 líquido de impostos). A variação entre os anos ocorre devido a entrega de ações da 1ª tranche assim como as antecipações realizadas.

Até 31 de dezembro de 2020, a movimentação das ações restritas no exercício é a seguinte:

Data da outorga	Valor justo na data da concessão	Data e validade	Quantidade de opções	Concedidas	Exercidas	Canceladas	Saldo
09/05/2019	17,2	09/05/2023	5.700.000	773.513	(2.921.683)	(2.864.952)	686.878
26/12/2019	38,1	26/12/2022	516.000	4.030	(172.949)	-	347.081
			6.216.000	777.543	(3.094.632)	(2.864.952)	1.033.959

Para 31 de dezembro de 2020, o período de duração contratual médio ponderado restante é de 814 dias (1.579 dias em 31 de dezembro de 2019).



25 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui os seguintes compromissos relevantes:

Compromissos para prestação de serviços de “call center” assumidos de R\$28.947 para o ano de 2021 (não auditados). Para os anos de 2022 e 2023 não há projeções disponíveis, pois os contratos são renegociados anualmente.

As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2020 foram de R\$39.330 (R\$35.206 em 2019).

26 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância segurada
Garantia de processos administrativos(i)	Garantia decorrente a processos administrativos – Órgão Público	R\$ 82.532
Veículos	Perdas e danos ou reparações pecuniárias	R\$ 1.687

(i) A Companhia firmou novos seguros sobre garantia judicial para execução fiscal. Este seguro garante única e exclusivamente, os débitos oriundos da discussão de dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL, das despesas com Ágio no calendário de 2015 a 2017.



27 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	567.203	561.888	581.778	567.919
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	63.323	64.507	62.247	68.334
Perda por redução ao valor recuperável	1.260	-	1.260	356
Equivalência patrimonial	(29.554)	3.059	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	-	171	-	171
Ações restritas	26.403	41.638	22.307	41.638
Receitas/Despesas financeiras	11.880	11.274	11.880	9.658
Provisão (reversão) para riscos	16.263	3.674	19.794	4.350
Provisão de reajuste	(10.994)	-	(13.606)	-
Participações no resultado	6.200	5.555	6.378	5.636
	651.984	691.766	692.038	698.062
Variação dos ativos e passivos operacionais:				
Aumento de créditos de operações com planos de assistência à saúde	33.050	(5.406)	24.863	(6.591)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	(14.065)	(6.723)	(21.960)	(6.107)
Aumento (redução) de débitos de operações de administração de benefícios	8.935	(42.769)	12.627	(2.812)
Aumento (redução) de contraprestações / prêmios a restituir	2.728	(13.824)	2.873	(3.493)
Aumento (redução) de despesas antecipadas	72	1.255	6.212	(5.724)
Aumento (redução) bens e títulos a receber	63.967	78.510	51.070	(3.735)
Aumento (redução) comercialização sobre Operações	(339)	-	(339)	-
Aumento (redução) de débitos diversos	3.055	(432)	(12.540)	(4.957)
Aumento (redução) de depósitos judiciais	149	-	(2.574)	-
Aumento (redução) de receita antecipada de contraprestações / prêmios	(8.535)	13.453	(799)	(5.100)
Aumento (redução) outros créditos a receber a longo prazo	(54.860)	-	(54.860)	-
Aumento (redução) de créditos tributários e previdenciários	(1.803)	(10.477)	(3.107)	(0.528)
Aumento (redução) de outras aplicações	-	-	(39)	-
Provisão para IR e CSLL	(1.046)	(7.835)	2.240	(7.835)
Aumento (redução) de aplicações financeiras	(109.063)	148.504	(109.616)	(49.590)
Caixa proveniente das operações	574.229	846.022	586.089	838.440
Imposto de renda e contribuição social pagos	(150.517)	(148.493)	(158.705)	(163.492)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	423.712	697.529	427.384	674.948



28 Impactos e Projeções Sobre Covid-19

Conforme a introdução apresentada na nota explicativa nº 1 b) iii, entendendo os desafios que a pandemia de Covid-19 trouxe à população brasileira, a Companhia e o Grupo Qualicorp não mediram esforços para agir de uma forma bem próxima da Sociedade consciente de que a solidariedade sempre vai ser a melhor forma de ajudar.

Recomendamos a leitura de nosso Relatório da Administração em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para acompanhar tudo o que foi feito pela Companhia em 2020.

Já as principais considerações contábeis, analisadas em relação à eventuais incertezas e potenciais implicações do Covid-19 na QualiCorp Benefícios estão relacionadas à suspensão do reajuste anual pela ANS (conforme apresentado na Nota 1 b) vii), mas seguem abaixo maiores informações:

a) Suspensão do Reajuste/2020

Visando mitigar os efeitos provenientes da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada pelo Ministério da Saúde em decorrência da pandemia de infecção humana causada pelo Covid-19, bem como, visando buscar manter o equilíbrio das relações de negócios entre Operadoras de Saúde e Beneficiários, além de principalmente garantir a continuidade e a qualidade da prestação de assistência à saúde dos consumidores dos planos de saúde, a ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar comunicou, em 21 de agosto de 2020, a suspensão da aplicação dos reajustes de planos de saúde por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária, no período de setembro a dezembro de 2020.

Tal medida foi válida para os contratos de planos privados de assistência à saúde médico-hospitalar na modalidade de pré-pagamento e considerou todos os tipos de contratação (individual/familiar, coletivos empresariais e coletivo por adesão).

A Empresa já está cumprindo a determinação da ANS e essa suspensão contemplou todos os contratos que foram ou seriam reajustados em 2020. Logo, de setembro a dezembro foram excluídos da mensalidade de nossos beneficiários os reajustes aplicados no decorrer de 2020 sendo que enviamos uma nova cobrança, com vencimento prorrogado, para aqueles que chegaram a visualizar seus boletos de setembro de forma reajustada.

Efetuamos também devoluções correspondentes ao percentual do reajuste aplicado para aqueles clientes que anteciparam o pagamento de setembro com a cobrança reajustada. Em alguns casos, onde não foi possível efetivar a devolução financeira aos clientes, o valor foi ajustado no mês subsequente.

A ANS informou ainda que a retomada de valores não aplicados em 2020 será realizada ao longo de 2021, mas mesmo com essa postergação, a partir de janeiro de 2021 as cobranças voltarão a ser emitidas com os valores de reajuste estabelecidos em 2020.

Entretanto, sempre pensando em cuidar das pessoas e sempre empenhados em fazer o melhor para os nossos clientes, esse reajuste será efetuado em 12 parcelas, em relação ao valor que já havia sido suspenso tanto sobre a competência de julho por deliberalidade da Companhia, como principalmente sobre as competências de setembro, outubro, novembro e dezembro (a ser recomposto em 2021 em doze vezes).

b) Reconhecimento de Receitas e Continuidade Operacional

Em 8 de outubro de 2020, a ANS emitiu um esclarecimento às operadoras de planos de saúde sobre qual deveria ser o tratamento contábil do reajuste suspenso das contraprestações no período de setembro a dezembro de 2020.

Reajuste por faixa etária

Em todos os casos de reajuste por faixa etária ocorridos em 2020, há aplicação da suspensão. O valor



descontado dos boletos de setembro a dezembro de 2020 deverá ser contabilizado em conta do Ativo até sua efetiva recomposição em 2021.

Reajuste anual

- **Planos individuais/familiares:** Não houve reajuste anual autorizado pela ANS em 2020 para os contratos com aniversários a partir de maio de 2020. Os contratos que sofreram reajuste anual este ano são aqueles com aniversário de janeiro a abril de 2020, sobre os quais incidiu o índice autorizado em 2019 (portanto, não alcançados pela suspensão). Em ambos os casos, quando considerado apenas o reajuste anual, não haverá modificação dos boletos emitidos de setembro a dezembro. Logo, não há alteração de lançamento contábil.
- **Planos coletivos (adesão ou empresarial) com menos de 30 vidas (RN nº 309, "pool" de risco):** Para aqueles com aniversário de janeiro a abril de 2020, o reajuste anual aplicado é dado com base no índice divulgado em 2019 (portanto, não alcançados pela suspensão). Logo, não há alteração dos boletos, nem do lançamento contábil. Já para aqueles com aniversário de maio a dezembro de 2020, o índice referente a 2020 já foi divulgado (índice das próprias operadoras, RN 309). Estes terão desconto no boleto. O valor descontado deverá ser contabilizado em conta do Ativo, até sua efetiva recomposição em 2021.
- **Planos coletivos por adesão, com 30 vidas ou mais:** Todos os planos coletivos por adesão com 30 vidas ou mais terão suspensão de reajuste anual. Logo, haverá desconto no boleto, podendo a operadora registrar a parcela correspondente ao reajuste anual não cobrado em conta do Ativo, até sua efetiva recomposição em 2021.
- **Planos coletivos empresariais com 30 vidas ou mais:** Para aqueles em que o reajuste anual foi negociado antes da medida de suspensão, não haverá modificação dos boletos. Logo, não há alteração de lançamento contábil. Já para aqueles em que o reajuste anual foi ou será negociado após o início da suspensão (as negociações deverão seguir em curso normalmente) haverá desconto no boleto, podendo a operadora registrar a parcela correspondente ao reajuste anual não cobrado em conta do Ativo, até sua efetiva recomposição em 2021.

Essa suspensão do reajuste é uma consequência dos efeitos do Covid-19 no país, mas é importante salientar que a Companhia não identificou impactos significativos no tocante ao reconhecimento de suas receitas operacionais em 2020.

Levando em consideração que o plano de saúde é o segundo maior desejo de consumo do brasileiro (segundo pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em novembro de 2019), atrás apenas da casa própria, visando evitar uma crise ainda maior no setor, e ao mesmo tempo trazendo soluções para a população durante esse período de pandemia, fechamos um acordo inédito em parceria com a SulAmérica, com o objetivo de ampliar o acesso da população à saúde suplementar e criando assim um novo portfólio de planos de saúde coletivos por adesão.

Com preços mais acessíveis e por meio de um plano coletivo familiar, com desconto na mensalidade a partir da inclusão de dependentes e que oferece desconto de 9% para contratação a partir de um dependente, em um ano o cliente economiza uma mensalidade inteira e o produto ainda inclui plano odontológico e serviço de telemedicina (Saúde na Tela), entre outras vantagens.

Único segmento de planos de saúde que viu sua base de clientes crescer desde o início da pandemia, os planos coletivos por adesão, aqueles que são destinados às pessoas a partir de suas profissões e respectivas entidades de classe, têm se mostrado uma alternativa mais acessível para a população que busca o acesso à saúde privada, bem como para pessoas que estão em transição e/ou perderam o emprego, mas que ainda possuem uma poupança ou renda e que precisam ter um plano de saúde enquanto se recolocam.

Junto com as operadoras, a Companhia lançou em 2020 planos de saúde de Norte a Sul do país.

No Rio de Janeiro, passamos a comercializar os produtos da Assim Saúde com planos a partir de R\$ 125, onde



conforme a faixa etária e categoria escolhida, a população tem à disposição uma vasta rede de assistência médica e serviços de uma operadora tradicional na região.

Estamos trabalhando para criar planos que caibam no bolso dos consumidores e que possam atender às suas necessidades, sendo que nosso principal objetivo têm sido criar alternativas inovadoras e acessíveis com cada parceiro de mercado, onde além dos novos produtos, também temos mais de 40 equipes internas trabalhando em uma série de projetos inovadores e disruptivos.

Portanto, mesmo nesse cenário global de incerteza em relação ao controle do coronavírus, considerando que o exercício social de 2020 foi um ano atípico, haja vista que a atividade econômica no país foi seriamente afetada pela pandemia de Covid-19, pandemia essa que trouxe enormes aprendizados nos motivando a sermos ainda mais ágeis na busca por soluções inovadoras e criativas para gerar valor para o Cliente e para a Sociedade, a Companhia não identificou, até o momento, riscos significativos de não continuidade de nossas operações em um futuro previsível, levando em consideração todas as informações atualmente disponíveis.

c) Perda Esperada para Contas a Receber de Clientes

A Administração analisou a Perda de Crédito Esperada por conta do Covid-19 quanto aos impactos das medidas de enfrentamento à pandemia no cálculo de Perdas Esperadas e principalmente por conta da suspensão do reajuste mencionada nos itens anteriores.

Por outro lado, pensando no Contas a Receber de Clientes, que na posição de Administradora de Benefícios se baseia em um modelo de contratação que é de pré-pagamento que é aquele em que o contratante do plano paga um valor fixo mensal por vida, onde após 12 meses pode haver reajuste de valores, em função de dois fatores que podem ser aplicados isoladamente ou somados (sinistralidade do contrato e da inflação médica, definida nos contratos como VCMH – Variação dos custos médicos Hospitalares), entendemos que como estamos afastando os reajustes a partir de setembro de 2020 e esse volume financeiro será recomposto somente a partir de 2021, os efeitos dos cancelamentos a pedido da carteira (Churn) junto à um eventual aumento nos indicadores de inadimplência histórica podem ter um peso expressivo em nossa perda esperada haja vista que o nosso Risco de Crédito (Exposure Default) tende a aumentar para o próximo ano.

Ao final de 2020, a ANS definiu as regras de negócio referente a recomposição do reajuste, onde o fato de se incluir tal recomposição junto ao boleto do mês de janeiro de 2021 ajudou a Companhia a manter os níveis de inadimplência atuais.

Entretanto, conseguimos capturar que, até o momento, os clientes cancelados antes de janeiro 2021 apresentaram um índice de inadimplência de fato maior e já considerado na estimativa de provisão de perdas com créditos incobráveis.

Esse aumento de exposição a este risco está relacionado a possibilidade de o cliente sair do Plano, quando o reajuste voltar, ou ainda no pior cenário, das Operadoras enviarem as cobranças dos Boletos para os Beneficiários já considerando 100% do valor do prêmio reajustado, ou seja, como uma cobrança de forma acumulada desses 120 dias. E esse é um grande fator de risco por que dependemos do pagamento pontual das mensalidades cobradas de nossos Beneficiários.

Caso algum beneficiário no segmento Afinidades deixe de pagar a mensalidade até a data de seu vencimento, ou nos 30 dias subsequentes, somos obrigados a efetuar o pagamento do prêmio diretamente à Operadora. E nisso, um aumento nos níveis de inadimplência e/ou atraso no pagamento de tais mensalidades, por parte de nossos beneficiários, poderá comprometer nossos resultados financeiros.

Portanto, através de nossa Nota Técnica Atuarial e já considerando os valores suspensos do reajuste dos meses de julho, setembro, outubro, novembro e dezembro, contabilizamos os efeitos de cancelamento a pedido (Churn) através de um percentual mensal de 2,78% em linha com o nosso histórico de provisão para créditos de liquidação duvidosa (com base nessas entradas e saídas de vidas da Companhia), onde chegamos a um montante de perdas esperadas, advindas do evento suspensão do reajuste, no valor de R\$ 51.328.

Visando seguir as recomendações da ANS, este montante será revisado mensalmente em 2021 a fim de



capturar todos os eventos significativos mencionados anteriormente.

Por fim, com base nos pontos detalhados acima, diante desse cenário provocado por conta da suspensão do reajuste por parte da ANS, reavaliamos e revisamos nosso Orçamento para o exercício social de 2021 onde chegamos a seguinte conclusão:

O órgão regulador, através da regra adotada referente ao parcelamento do afastamento, incluso na mesma cobrança com a mensalidade vigente, ajudou a manter os mesmos índices de inadimplência histórica sem a necessidade de grandes ajustes futuros.

d) Covenants de nossas Debêntures

Até o momento, os efeitos apresentados da pandemia de Covid-19 não impactam futuramente nossos Covenants de dívidas. Fechamos 2019 com endividamento correspondente a 1,07 vezes o EBTIDA ajustado, sendo que nas escrituras o limite que aciona o gatilho para vencimento antecipado é uma dívida líquida de 2 vezes o EBTIDA ajustado. Em dezembro de 2020, o endividamento corresponde a 0,79 vezes o EBITDA ajustado. Em dezembro de 2020 efetuamos o pagamento dos juros semestrais, normalmente.

e) Outras informações

As receitas financeiras da Companhia são oriundas de duas principais fontes: juros provenientes das aplicações financeiras e juros e multas por atraso de pagamento dos prêmios pelos beneficiários. Contudo, as outras despesas financeiras, que contemplam IOF de operações financeiras, despesas bancárias e descontos, tiveram aumento por conta de desvalorização de Cotas (marcadas a mercado) de Fundo de Investimento Exclusivo durante a pandemia de Covid-19, na ordem de R\$7,6 milhões (nota explicativa de resultado financeiro n° 21 b).

29 Eventos Subsequentes

a) Distribuição de dividendos referente resultados de 2020

A Companhia em 8 de janeiro de 2021 deliberou e aprovou a distribuição de dividendos antecipados dados aos resultados apurados e entregues à agência reguladora no valor de R\$20.000. Este valor distribuído será deduzido do dividendo adicional proposto e mínimo obrigatório aferido pela Companhia no ano de 2020.

b) Aquisição de carteira Muito Mais Saúde

Em complemento ao descrito na nota explicativa 14. X, em 5 de fevereiro de 2021, foi realizado aditivo neste contrato onde a Empresa, recebesse parte deste intangível, e com isso os contratos relacionados a Operadora GNDI foram cedidos à Clube de Saúde a partir desta data.

O valor equivalente as vidas cedidas como intangível é de R\$ 28.547 e esse valor será pago assim como o contrato original, em duas parcelas sendo uma em março e a última em abril de 2021, após à migração das vidas. Esse intangível será amortizado pelo período de 60 meses, o qual coincide com o prazo de vigência do contrato.

c) Busca e Apreensão na sede da Companhia

Em 30 de março de 2021, o Comitê de Apuração reportou os trabalhos realizados no âmbito da investigação interna ao Conselho de Administração, tendo relatado suas conclusões obtidas até o momento de emissão dessas demonstrações financeiras, dentre as quais:

- não identificou nenhum indício ou evidência da prática de atos ilícitos por pessoas que ainda ocupem cargo na administração da Companhia.

- não apurou fatos ou eventos que afetem, de modo relevante, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou requeiram divulgação em nota explicativa.



O Comitê de Apuração está trabalhando na conclusão de suas recomendações ao Conselho de Administração sobre as medidas que entende pertinentes à luz dos fatos apurados, inclusive na recomendação de aprimoramento de certos processos internos da Companhia.

A Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer fatos ou eventos que ainda não tenham sido divulgados e que possam afetar de modo relevante as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está acompanhando e colaborando com as investigações em andamento conduzidas pelas autoridades públicas federais. No momento, não há como determinar se os resultados das referidas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações contábeis ou divulgações em notas explicativas.

30 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2021 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2020, quando aplicável.

Bruno Ferreira Blatt
Diretor Presidente

Frederico de Aguiar Oldani
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Elton Hugo Carlucci
Diretor Vice Presidente

Magnus Monteiro de Oliveira Júnior
Contador - CRC. 1SP219254/O

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DD53-A049-F94F-83B6> ou vá até o site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DD53-A049-F94F-83B6



Hash do Documento

75C772B084A35670D99893B304DE742B017A445F9F4FEB241F188DE68CBA9119

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2021 é(são) :

- Magnus Monteiro De Oliveira Junior (Signatário - Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.) - 251.***.***-08 em 30/03/2021 21:15 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

